

# Índice

---

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Alterações significativas	8

## 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	50
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	53
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	58
10.5 - Políticas contábeis críticas	60
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	69
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	70
10.8 - Plano de Negócios	71
10.9 - Outros fatores com influência relevante	72

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O investimento nos valores mobiliários de nossa emissão envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência e, se for o caso, no prospecto da oferta dos respectivos valores mobiliários, os riscos mencionados abaixo, bem como nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os riscos descritos abaixo são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.

Para os fins deste item "5. Riscos de Mercado" e do item "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas neste item "5. Riscos de Mercado" e no item "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidos nesse contexto.

***O governo brasileiro exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia do País. Essa influência e as condições políticas e econômicas do Brasil podem afetar negativamente os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.***

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia do Brasil e, ocasionalmente, realiza mudanças significativas nas políticas e regulamentações. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, dentre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, restrições a remessas para o exterior, limites a importações e congelamento de contas correntes. Não exercemos qualquer influência sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem dispomos da capacidade para prevê-las. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvam ou afetem certos fatores, como:

- inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- instabilidades sociais ou políticas;
- políticas fiscais e legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas.

***A deterioração das condições econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os nossos negócios.***

O mercado de títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em vários graus, pela economia global e condições do mercado, e especialmente pelos países da América Latina e outros mercados emergentes. A reação dos investidores ao desenvolvimento em outros países pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises ou políticas econômicas de outros países podem reduzir a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras e pelos valores mobiliários emitidos por nós, o que pode adversamente afetar o preço de mercado de nossas ações, além de afetar adversamente nossa capacidade de financiamento. No passado, o desenvolvimento adverso das condições econômicas nos mercados emergentes resultou em significativa retirada de recursos do país e uma queda no montante de capital estrangeiro investido no Brasil. Mudanças nos preços de ações ordinárias de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumentos nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de nossa emissão.

***Esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.***

Historicamente, a economia brasileira apresentou taxas de inflação extremamente elevadas. Isso levou o Banco Central a adotar políticas monetárias restritivas para combater a inflação, o que teve um efeito negativo significativo sobre a economia do País. Entre 2004 e 2010, a taxa básica de juros (SELIC) no Brasil apresentou variação entre 19,8% e 8,7% ao ano. Em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, a taxa básica de juros ficou em 10,8%, 11,0% e 7,3%, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, a taxa SELIC correspondia a 10,0% e em 31 de dezembro de 2014 a taxa SELIC correspondia a 11,75%. A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia do País e sobre nossas atividades. O aperto das políticas monetárias, aliado a altas taxas de juros, poderá restringir o crescimento econômico do Brasil e, por sua vez, limitar a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais tolerantes do governo e do Banco Central do Brasil e a redução das taxas de juros poderão desencadear aumentos na inflação, e, consequentemente, volatilidade de crescimento e a necessidade de aumentos das taxas de juros repentinos e significativos, que podem aumentar o custo de nossa dívida e afetar negativamente nossos negócios. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, e tal ajuste pode ocasionar maior inadimplência ou cancelamento de cursos por nossos estudantes.

Conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a inflação apurada pelo IGPM foi 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004, 1,2% em 2005, 3,8% em 2006, 7,8% em 2007, 9,8% em 2008, -1,7% em 2009, 11,3% em 2010, 5,1% em 2011, 7,8% em 2012 e 5,5% em 31 de dezembro de 2013 e 3,67% em 31 de dezembro de 2014. Os preços, por sua vez, quando apurados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), aumentaram em 12,5% em 2002, 9,3% em 2003, 7,6% em 2004, 5,7% em 2005, 3,1% em 2006, 4,5% em 2007, 5,9% em 2008, 4,3% em 2009, 5,9% em 2010, 6,5% em 2011, 5,8% em 2012 e 5,9% em 31 de dezembro de 2013 e 6,41% em 31 de dezembro de 2014.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### ***Flutuações da taxa de juros poderão aumentar o custo de nossas dívidas, ocasionando efeitos adversos sobre nossos negócios.***

O Banco Central do Brasil estabelece a meta da taxa básica de juros para o sistema financeiro brasileiro tomando por referência, dentre outros, o nível de crescimento econômico da economia brasileira e o nível de inflação. Devido à natureza de nossas operações, estamos particularmente sujeitos a efeitos decorrentes da variação das taxas de juros, especialmente em razão da indexação do serviço de nossa dívida a essas taxas. Na hipótese de as taxas de juros subirem, os custos relativos ao nosso endividamento crescerão, o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de financiar nossas operações e resultados. Os possíveis efeitos da elevação de taxa de juros sobre nossos resultados estão indicados na análise de sensibilidade abaixo.

Em 31 de dezembro de 2014, 100,0% da nossa dívida, correspondentes a R\$129,0 milhões, estavam atrelados ao CDI. Qualquer aumento do CDI e ou de outras taxas de juros flutuantes que venhamos a adotar pode gerar impacto negativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

#### ***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável***

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante (taxa DI), baseados em pesquisas externas, estimamos que, em um cenário provável, a taxa SELIC, em 31 de dezembro de 2015, será de 13,33%. Fizemos uma análise de sensibilidade dos efeitos em nossos resultados advindos de uma alta na SELIC de 25,0% e 50,0%, em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa DI acompanha a variação da taxa SELIC, que, por sua vez é influenciada pela inflação ao ser definida pela autoridade monetária.

As taxas dos contratos em que somos parte não são exclusivamente compostas por taxas variáveis, sendo complementadas com taxas pré-fixadas.

Apresentamos abaixo tabela que demonstra a nossa análise de sensibilidade para os nossos instrumentos financeiros, inclusive indicando os riscos que podem gerar prejuízos materiais, com cenário mais provável (CDI de 11,57%), de acordo com a avaliação feita pela nossa Administração, dentro de um prazo 12 meses. Além disso, apresentamos dados acerca de dois outros cenários, os quais sofreram deterioração de 25% e 50% nas variáveis de risco consideradas em nossa análise de sensibilidade. As taxas utilizadas para a nossa projeção foram baseadas em informações obtidas junto ao Banco Central.

<b>31/12/2014</b>							
<b>Efeito no Lucro (Prejuízo)</b>							
<b>(em milhões de reais)</b>							
	<b>Indexador</b>	<b>Taxa</b>	<b>Risco</b>	<b>Total</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Cenário Possível</b>	<b>Cenário Remoto</b>
Investimentos de curto prazo	CDI	11,57%	Alta do CDI	133,5	16,1	20,2	24,2
Empréstimos e financiamentos	CDI	11,57%	Alta do CDI	-128,2	-15,5	-19,3	-23,2
Títulos a pagar	CDI	11,57%	Alta do CDI	-5,8	-0,7	-0,9	-1,1
Títulos a pagar	IGP-M/FGV	3,83%	Alta do IGP-M	-0,2	0,0	0,0	0,0
Exposição líquida				<b>-0,7</b>	<b>-0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>-0,1</b>

### **Riscos Regulatórios**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Possuímos acesso ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES (“FIES”), programa criado pelo Ministério da Educação e Cultura (“MEC”) e também aderimos ao Programa Universidade para Todos (“PROUNI”), ambos programas de incentivo do Governo Federal. Tendo em vista que em 31 dezembro de 2014, os recursos do FIES representavam, em conjunto, aproximadamente 43% da nossa receita, acreditamos que caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI ou do FIES, ou caso não consigamos cumprir os requisitos para utilização desses programas de incentivo, ou, ainda, caso, os estudantes não consigam cumprir os requisitos para sua utilização, nossos negócios e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente e poderemos passar a pagar os tributos dos quais, somos isentos ou que foram compensados, em razão do PROUNI e/ou os valores por nós garantidos solidariamente em decorrência dos nossos estudantes vinculados ao FIES.

### Risco de Crédito

Nós e nossas controladas diretas e indiretas estamos sujeitas a eventuais riscos decorrentes da inadimplência de nossos estudantes. Em 31 de dezembro de 2014, o percentual da despesa com provisão de créditos de liquidação duvidosa sobre a receita líquida era de 2,7% (3,0% e 5,3% em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente). O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades por parte de nossos alunos pode comprometer o nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações. Para informações sobre as medidas por nós tomadas para administrar o risco de crédito decorrente da inadimplência de nossos estudantes, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

Possuímos empréstimos e financiamentos que em 31 de dezembro de 2014 correspondiam a R\$129,0 milhões contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, principalmente CDI. Adotamos práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos avaliados pela Diretoria, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de nossos instrumentos financeiros expostos aos riscos. Essas práticas, não são formalizadas, consistindo em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Adicionalmente, tendo em vista a natureza de nossas atividades, entendemos que não há necessidade de buscar proteção especial para qualquer tipo de risco. Além disso, nós e nossas controladas não efetuamos aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evitamos assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das nossas disponibilidades indexadas à variação do CDI. Para mais informações sobre nosso endividamento, vide itens 3.7, 3.8 e 10.1 deste Formulário de Referência.

**b. estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**

Não possuímos instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos sujeitos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

**c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**

Não utilizamos instrumentos financeiros de proteção patrimonial, tais como contratos de *hedge* por entender que, os riscos do nosso negócio não justificam este tipo de proteção.

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Buscamos gerir nosso fluxo de caixa estabelecendo critérios de posição de caixa mínimo. As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente segurança e rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos atrelados a variação do CDI.

Com relação ao nosso passivo bancário, adotamos a mesma estratégia de gerenciamento de risco, com todos os empréstimos indexados pelo CDI. Assim, ativos e passivos financeiros equilibram-se nos riscos de mercado reduzindo nossa exposição.

**e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

Não utilizamos instrumentos financeiros de proteção patrimonial, tais como contratos de *hedge* por entender que, os riscos do nosso negócio não justificam este tipo de proteção.

**f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Tendo em vista que não possuímos uma política de gerenciamento de riscos formalizada, não há estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos uma política de gerenciamento de riscos estabelecida, uma vez que nossa Administração entende que as áreas que lidam com tais riscos os gerenciam de forma independente e eficaz.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

Na data deste Formulário de Referência, não houve quaisquer alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4 - Outras informações relevantes**

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 5 foram descritas nos itens acima.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A nossa receita bruta consolidada passou de R\$579,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$906,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um crescimento de 56,5%, enquanto o nosso EBITDA ajustado, no mesmo período, cresceu 60,5%, passando de R\$97,5 milhões (21,1% de margem EBITDA ajustada sobre a receita líquida) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$156,5 milhões (22,6% de margem EBITDA ajustada sobre a receita líquida) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Este resultado inclui, os resultados da aquisição da Universidade São Judas, além de um consistente crescimento orgânico de nossas unidades e uma contínua melhoria de nossa eficiência operacional.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2014 era positivo em R\$162,3 milhões, o que reflete a nossa capacidade de gerir adequadamente os nossos relacionamentos com fornecedores, estudantes e credores. Em 31 de Dezembro de 2013 nosso capital de giro operacional era equivalente a R\$471,2 milhões. A diminuição do capital de giro operacional foi afetada pelas aquisições ocorridas em 2014 em que reduziram nossas aplicações financeiras neste ano e que serão mais detalhadas ao longo deste documento.

Na opinião de nossa Diretoria, nosso capital de giro reflete adequadamente nossa capacidade de gerenciamento dos nossos negócios e atende às nossas necessidades de caixa, além de permitir a gestão de nossas relações com fornecedores e credores, e nos proporcionar o financiamento necessário para o atendimento à nossa estratégia de expansão. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidencia determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<i>(em R\$ milhões, exceto índices e percentuais)</i>			
Receita bruta consolidada	906,4	579,1	407,8
EBITDA <sup>1</sup>	142,7	52,4	44,1
EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	156,5	97,5	55,4
Disponibilidade (Dívida) Líquida <sup>3</sup>	6,9	339,0	-54,1
Liquidez corrente <sup>4</sup>	1,9	5,0	0,8
Índice de endividamento <sup>5</sup>	0,4	0,4	0,9
Rentabilidade <sup>6</sup>	23,8%	8,3%	7,3%

*1 Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.*

*2 Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.*

*3 Corresponde aos nossos empréstimos, financiamentos de curto e longo prazos subtraídos dos montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Para maiores informações sobre a dívida líquida, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.*

*4 Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas.*

*5 Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total.*

*6 Calculado pela divisão entre o lucro e a receita operacional líquida do período.*

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada para atender nossas necessidades operacionais, com endividamento compatível com nossos negócios e que não compromete nossa liquidez.

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2013 era composta de 55,0% de capital próprio e 45,0% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<i>(em R\$ milhões)</i>		
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	496,4	89,8	10,5
Reservas de capital	1,9	-	-
Ágio em transações de capital	-57,5	-60,3	-1,5
Ações em tesouraria	0,0	-3,8	-
Reserva de lucros	42,5	-	-
Prejuízos acumulados		-7,3	-42,1
Participação dos acionistas não controladores	-6,2	0	-6,7
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>477,0</b>	<b>18,4</b>	<b>-39,7</b>
<b>Capital de terceiros</b>			
Passivo circulante	116,5	70,6	129,6
Passivo não circulante	273,5	172,7	151,1
<b>Total do passivo</b>	<b>390,0</b>	<b>243,3</b>	<b>280,7</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>867,0</b>	<b>261,6</b>	<b>241,0</b>

### Capital Próprio (Patrimônio Líquido)

Nosso Patrimônio Líquido totalizou R\$596,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$477,0 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$119,3 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

- a) Aumento de R\$125,7 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo lucro líquido do exercício no valor de R\$164,9 milhões, deduzidos do valor de R\$39,2 milhões referente aos dividendos a serem distribuídos.
- b) Aumento de R\$12,1 milhões no ágio em transações de capital referente à aquisição pela BR Educação de ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores que exerceram o seu direito de opção de venda.

Em 31 de dezembro de 2013, nosso Patrimônio Líquido totalizou R\$477,0 milhões e representou um aumento de R\$458,6 milhões em comparação ao 31 de dezembro de 2012 quando apresentamos um valor de R\$18,4 milhões de capital próprio. Os principais fatores que explicam a variação do patrimônio líquido nestes períodos são:

- a) Em 23 de março de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, nossos acionistas aprovaram o aumento de nosso capital em R\$28,1 milhões, o

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

qual foi integralizado por nossa acionista BR Educacional FIP, mediante conferência das ações da BR Educação Executiva S.A., detentora de 50% das empresas HSM.

- b) Em 28 de maio de 2013, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de nosso capital, com efeito líquido em nosso patrimônio líquido de R\$47,5 milhões, liquidado através da entrega de ações da RNE e de créditos que tínhamos frente a controlada MGE, pós compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$ 13,2 milhões, desta forma a redução líquida no capital foi de R\$ 34,3 milhões.
- c) Em 31 de maio de 2013, adquirimos 1.015 ações de nossa emissão e de titularidade de um acionista. Assim, as ações em tesouraria passaram de R\$3,8 milhões para R\$5,1 milhões, representando uma redução do nosso patrimônio líquido de R\$1,3 milhão.
- d) Em 23 de agosto de 2013, alienamos todas as ações mantidas em tesouraria. O efeito desta alienação foi um aumento de R\$6,6 milhões referente ao valor de mercado consideradas ao preço da oferta inicial de ações.
- e) Mediante projeto denominado Dádiva, os acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, doaram e/ou venderam a preços históricos 1.579.322 ações de seu patrimônio particular diretamente aos 2.203 colaboradores e professores. O efeito prático desta movimentação foi um aumento na conta de reserva de capital no valor de R\$ 29,2 milhões.
- f) Em 28 de outubro de 2013 iniciamos participação no mercado de ações, pela BM&FBOVESPA. Para o aumento de capital foram gastos até 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 28,1 milhões como custo de captação na emissão de títulos patrimoniais.
- g) Em 24 de outubro de 2013, nosso Conselho de Administração aprovou aumento de capital no montante de R\$ 390,2 milhões mediante a emissão de 21.090.909 ações.
- h) Em 26 de novembro de 2013, nosso Conselho de Administração aprovou o aumento de capital em R\$ 35,8 milhões.
- i) Resultado positivo de R\$34,0 milhões oriundo de nossas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, já descontada a participação dos não controladores.
- j) Aumento de R\$7,4 milhões referente à diferença entre o valor de alienação menos o valor histórico de imóvel objeto da nossa reestruturação imobiliária, no primeiro semestre de 2013, que não transitou por resultado por tratar-se de transação entre acionistas.
- k) Redução de R\$ 9,1 milhões, a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 31 de dezembro de 2012 nosso patrimônio líquido era de R\$ 18,4 milhões, resultando um acréscimo de R\$58,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2011 (quando tínhamos um passivo a descoberto de R\$39,7 milhões). Este incremento é proveniente de dois aumentos de capital promovidos pelo acionista BR Educacional FIP. O primeiro aumento de capital, por meio do qual o BR Educacional FIP se tornou nosso acionista, ocorreu em abril e o segundo em julho, ambos de 2012, no valor total de R\$106,3 milhões. Além dos aumentos de capital, também contribuíram para o incremento de nosso patrimônio líquido os nossos resultados líquidos do período, que somaram R\$ 23,5 milhões. Estes incrementos foram parcialmente compensados pela alocação de ágio de R\$50,2 milhões em dezembro de 2012, referentes à compra das participações minoritárias nas empresas que detêm os direitos de manutenção sobre

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a Una e Unimonte no valor de R\$ 10,4 milhões, por uma antecipação de dividendos no valor total de R\$ 15,7 milhões, e pela aquisição do equivalente a R\$ 3,8 milhões de nossas próprias ações para lastrear um programa de incentivo de longo prazo junto a nossos principais executivos. No período também incorremos em perdas com investimentos em controladas em R\$1,9 milhão.

### **Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos)**

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento financeiro, registrados em nosso passivo nas contas de empréstimos e financiamentos, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro. Em 31 de dezembro de 2014 apresentamos um endividamento financeiro relacionado a empréstimos e financiamentos de curto e de longo prazo num total de R\$ 129,0 milhões representando uma queda de 14% se comparado ao ano anterior. Tal redução foi proveniente de liquidações de parcelas de principal e juros no decorrer do ano. Em 31 de dezembro de 2013, apresentávamos um endividamento financeiro composto por empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 149,7 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo de nosso endividamento financeiro somava R\$ 59,6 milhões, o que representava 23% de nossa estrutura de capital.

#### **i. Hipóteses de resgate**

Além das previstas na legislação, não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão.

#### **ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Tendo em vista que não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das legalmente exigidas, também não há a respectiva fórmula de cálculo.

#### **c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

Na opinião de nossa Diretoria, temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros. Contamos ainda com dois aportes em 2012 de R\$106,3 milhões, relacionados à entrada do fundo de investimentos BR Educacional FIP em nosso capital social. Em 2013 contamos com um aumento no capital social de R\$390,2 milhões mediante a emissão de 21.090.909 ações, objeto da oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das ações e de R\$35,9 milhões mediante a emissão de 1.937.230 ações ordinárias, nominativas e escriturais a serem distribuídas no âmbito da oferta pública e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Sociedade na subscrição das ações. No ano de 2014 não tivemos alterações de nosso capital social permanecendo estável com o fluxo apresentado em 2013.

Em 31 de dezembro de 2014 contávamos com uma disponibilidade líquida de R\$6,9 milhões, composta por uma dívida bruta de R\$129,0 milhões e o caixa somado ao equivalente de caixa correspondente a R\$135,9 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>Exercício encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
	<i>(em R\$ milhões)</i>		
Endividamento	129,0	149,7	59,6
Caixa e disponibilidades de caixa	135,9	488,7	5,5
Disponibilidade (Dívida) Líquida <sup>1</sup>	6,9	339,0	(54,1)
Disponibilidade (Dívida) Líquida <sup>1</sup> /EBITDA ajustado <sup>2</sup>	0,04x	3,5x	(1,0x)
EBITDA ajustado <sup>2</sup> / Despesa líquida de juros	9,5x	12,2x	4,8x

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre a dívida líquida, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.**

No período compreendido entre os anos de 2012 a 2014 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados na expansão e melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma e/ou inauguração de diversos *campi*, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de computadores, equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de *softwares*. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Também podemos vir a recorrer a nossos acionistas, caso necessário, como ocorreu em 2012, com os aumentos de capital no valor total de R\$106,3 milhões. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro de 2014, nossa posição de caixa correspondia a R\$135,9 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

#### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos empréstimos e financiamentos estão indicadas na tabela abaixo:

				Saldo em 31 de Dezembro de		
				2014	2013	2012
Modalidade	Moeda	Taxa % a.a. <sup>1</sup>	Ano de vencimento <sup>2</sup>	(em R\$ milhões)		
Capital de giro	R\$	CDI + 1,80% a 2,80% a.a.	2023	129,0	149,7	59,6
Total				129,0	149,7	59,6

<sup>1</sup> Taxa de juros médio contendo indexador acrescido do spread ao ano.

<sup>2</sup> O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

A totalidade de nosso endividamento em 31 de dezembro de 2014 correspondia a operações para financiamento de nosso capital de giro, integralmente denominados em reais.

Em 2012 e 2013 reestruturamos nosso endividamento com condições mais atrativas, através de novas operações e/ou alongamento de prazo, e com redução de custo nas operações vigentes à época. Conseguimos captar recursos com prazo total de até 10 anos, e com carência nos pagamentos de principal de 12 a 18 meses, o que melhorou significativamente nossa liquidez corrente e capacidade de investimento e nossa competitividade para realizar novas aquisições. No ano de 2014 não tivemos contrações de novas dívidas, sendo liquidados neste período montantes referente ao principal e juros.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 29 de maio de 2013, constituímos em favor do Santander uma cédula de crédito bancário de nº 00333476300000008000 no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 29 de maio de 2014 e a última vencerá em 29 de maio de 2023. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,20% acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o Santander poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida nas seguintes hipóteses: (a) se a nossa Companhia ou avalista inadimplir qualquer de suas obrigações; (b) se a nossa Companhia ou avalista sofrerem legítimo protesto de título; (c) se a nossa Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do seu estado econômico-financeiro; (d) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios do Santander; (e) se a nossa Companhia deixar de substituir o avalista que vier a encontrar-se em qualquer das situações acima; ou (f) se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da nossa Companhia e/ou da avalista sem a prévia e expressa anuência do Santander.

Em 28 de outubro de 2010, o UniBH constituiu em favor do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo (“HSBC”), uma cédula de crédito bancário de nº 1926-02139-16 no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas,

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 17 de março de 2014 e a última vencerá em 15 de março de 2018. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 1,999%, acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o HSBC poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida nas seguintes hipóteses: (a) atraso ou falta de pagamento de qualquer valor devido nos termos desta CCB; (b) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta CCB; (c) deixar de reforçar e/ou complementar e/ou substituir as garantias, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação enviada pelo HSBC; (d) se contra a UniBH e/ou avalista for tirado legítimo protesto de título ou distribuída qualquer ação judicial que, a critério do HSBC, possa reduzi-los a insolvência; (e) se a UniBH e/ou avalista tiverem a sua inscrição no cadastro de contribuintes enquadrada na situação suspensa, inapta ou cancelada; (f) se a UniBH e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, formularem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência ou tiverem requerida a sua falência ou insolvência; (g) se a UniBH e/ou o avalista e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, sofrer(em) mudança de seu controle acionário ou qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou outra reorganização societária que, a critério do HSBC, possa caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas ou das garantias prestadas nesta CCB; (h) liquidação, extinção ou dissolução da UniBH e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas; (i) vencimento antecipado de qualquer contrato ou dívida da UniBH e/ou avalista junto ao HSBC ou qualquer outra empresa do seu grupo econômico; ou (j) nos casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil e nas demais hipóteses legais.

Em 25 de agosto de 2011, o UniBH constituiu em favor do HSBC, uma segunda cédula de crédito bancário, sendo esta de nº 1926-02447-57 e no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 17 de março de 2014 e a última vencerá em 15 de março de 2018. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 1,999%, acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o HSBC poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida nas seguintes hipóteses: (a) atraso ou falta de pagamento de qualquer valor devido nos termos desta CCB; (b) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta CCB; (c) deixar de reforçar e/ou complementar e/ou substituir as garantias, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação enviada pelo HSBC; (d) se contra a UniBH e/ou avalista for tirado legítimo protesto de título ou distribuída qualquer ação judicial que, a critério do HSBC, possa reduzi-los a insolvência; (e) se a UniBH e/ou avalista tiverem a sua inscrição no cadastro de contribuintes enquadrada na situação suspensa, inapta ou cancelada; (f) se a UniBH e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, formularem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência ou tiverem requerida a sua falência ou insolvência; (g) se a UniBH e/ou o avalista e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, sofrer(em) mudança de seu controle acionário ou qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou outra reorganização societária que, a critério do HSBC, possa caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas ou das garantias prestadas nesta CCB; (h) liquidação, extinção ou dissolução da UniBH e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas; (i) vencimento antecipado de qualquer contrato ou dívida da UniBH e/ou avalista junto ao HSBC ou qualquer outra empresa do seu grupo econômico; (j) nos casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil e nas demais hipóteses legais; ou (k) não observância pela nossa Companhia, na condição de avalista, dos seguintes limites e índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis, geralmente aceitos no Brasil, a serem verificados anualmente na data do último balanço anual consolidado auditado e/ou não auditado disponível pela UniBH: (i) manutenção de liquidez corrente (total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) deverá ser igual ou maior que 1,0x; (ii) a Dívida Financeira Líquida (NFD) dividida pelo EBITDA, deve ser igual ou menor que 2,5x; (iii) o EBITDA dividido pela Despesa Financeira Líquida, deve ser igual ou maior que 1,3x. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas, ao HSBC será facultado exigir o pagamento imediato de



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

toda a dívida, ainda que vincenda, diretamente da UniBH e avalistas, optar pela excussão das garantias reais ou exigi-las concomitantemente.

Em 04 de janeiro de 2013, constituímos em favor do Santander uma cédula de crédito bancário de nº 00333476300000006780 no valor de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 03 de fevereiro de 2014 e a última vencerá em 03 de janeiro de 2018. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,80% acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o Santander poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida nas seguintes hipóteses: (a) se a nossa Companhia ou avalista inadimplir qualquer de suas obrigações; (b) se a nossa Companhia ou avalista sofrerem legítimo protesto de título; (c) se a nossa Companhia requerer recuperação judicial ou extrajudicial se houver o requerimento da sua falência ou na eventualidade de se verificar qualquer outro evento indicador de mudança do seu estado econômico-financeiro; (d) se for movida qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as garantias ou os direitos creditórios do Santander; (e) se a nossa Companhia deixar de substituir o avalista que vier a encontrar-se em qualquer das situações acima; ou (f) se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da nossa Companhia e/ou da avalista sem a prévia e expressa anuência do Santander.

Em 24 de setembro de 2012, 01 e 11 de outubro de 2012, a Minas Gerais Educação S.A. ("Minas Gerais Educação") constituiu em favor do HSBC, cédulas de crédito bancário de nos 1926-02915-42, 1926-02925-22 e 1926-02937-82, respectivamente, todas no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagas em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. As primeiras parcelas venceram em 17 de junho de 2013 e as últimas vencerão em 15 de março de 2018. Os encargos financeiros nas contas vinculadas destes financiamentos, bem como nos saldos devedores daí decorrentes, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 1,999%, acrescidos de 100% do CDI. Ressalta-se que o HSBC poderá declarar essas cédulas de crédito antecipadamente vencidas nas seguintes hipóteses: (a) atraso ou falta de pagamento de qualquer valor devido nos termos desta CCB; (b) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta CCB; (c) deixar de reforçar e/ou complementar e/ou substituir as garantias, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação enviada pelo HSBC; (d) se contra a Minas Gerais Educação e/ou avalista for tirado legítimo protesto de título ou distribuída qualquer ação judicial que, a critério do HSBC, possa reduzi-los a insolvência; (e) se a Minas Gerais Educação e/ou avalista tiverem a sua inscrição no cadastro de contribuintes enquadrada na situação suspensão, inapta ou cancelada; (f) se a Minas Gerais Educação e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, formularem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência ou tiverem requerida a sua falência ou insolvência; (g) se a Minas Gerais Educação e/ou o avalista e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, sofrer(em) mudança de seu controle acionário ou qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou outra reorganização societária que, a critério do HSBC, possa caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas ou das garantias prestadas nessa CCB; (h) liquidação, extinção ou dissolução da Minas Gerais Educação e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas; (i) vencimento antecipado de qualquer contrato ou dívida da Minas Gerais Educação e/ou avalista junto ao HSBC ou qualquer outra empresa do seu grupo econômico; ou (j) nos casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil e nas demais hipóteses legais.

Em 15 de março de 2013 e 22 de outubro de 2010, constituímos em favor do HSBC, duas cédulas de crédito bancário de nos 1926-03091-90 e 1926-02130-70 no valor de R\$12.800.000,00 (doze milhões e oitocentos mil reais) e R\$ 6.000.000,00, respectivamente, a serem pagas em 48 e 60 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais, respectivamente. A primeira parcela de ambas as cédulas venceu em 17 de março de 2014 e a última vencerá em 15 de março de 2018. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, ambos sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual 1,999% acrescido de 100%

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do CDI. Ressalta-se que o HSBC poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida caso: (a) atraso ou falta de pagamento de qualquer valor devido nos termos desta CCB; (b) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta CCB; (c) deixar de reforçar e/ou complementar e/ou substituir as garantias, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação enviada pelo HSBC; (d) se contra a nossa Companhia e/ou avalista for tirado legítimo protesto de título ou distribuída qualquer ação judicial que, a critério do HSBC, possa reduzi-los a insolvência; (e) se a nossa Companhia e/ou avalista tiverem a sua inscrição no cadastro de contribuintes enquadrada na situação suspensa, inapta ou cancelada; (f) se a nossa Companhia e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, formularem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência ou tiverem requerida a sua falência ou insolvência; (g) se a nossa Companhia e/ou o avalista e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, sofrer(em) mudança de seu controle acionário ou qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou outra reorganização societária que, a critério do HSBC, possa caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas ou das garantias prestadas nesta CCB; (h) liquidação, extinção ou dissolução da nossa Companhia e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas; (i) vencimento antecipado de qualquer contrato ou dívida da nossa Companhia e/ou avalista junto ao HSBC ou qualquer outra empresa do seu grupo econômico; (j) nos casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil e nas demais hipóteses legais.

Em 20 de maio de 2013, a HSM do Brasil S.A. ("HSM do Brasil") constituiu em favor do HSBC, uma cédula de crédito bancário de nº 1926-03142-08 no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 19 de maio de 2014 e a última vencerá em 17 de maio de 2018. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,205%, acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o HSBC poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida caso: (a) atraso ou falta de pagamento de qualquer valor devido nos termos desta CCB; (b) não cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta CCB; (c) deixar de reforçar e/ou complementar e/ou substituir as garantias, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação enviada pelo HSBC; (d) se contra a HSM do Brasil e/ou avalista for tirado legítimo protesto de título ou distribuída qualquer ação judicial que, a critério do HSBC, possa reduzi-los a insolvência; (e) se a HSM do Brasil e/ou avalista tiverem a sua inscrição no cadastro de contribuintes enquadrada na situação suspensa, inapta ou cancelada; (f) se a HSM do Brasil e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, formularem pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência ou tiverem requerida a sua falência ou insolvência; (g) se a HSM do Brasil e/ou o avalista e/ou qualquer de suas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, sofrer(em) mudança de seu controle acionário ou qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou outra reorganização societária que, a critério do HSBC, possa caracterizar a diminuição da capacidade no cumprimento das obrigações assumidas ou das garantias prestadas nesta CCB; (h) liquidação, extinção ou dissolução da HSM do Brasil e/ou avalista e/ou qualquer de suas empresas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas; (i) vencimento antecipado de qualquer contrato ou dívida da HSM do Brasil e/ou avalista junto ao HSBC ou qualquer outra empresa do seu grupo econômico; ou (j) nos casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil e nas demais hipóteses legais.

Em 27 de março de 2013, constituímos em favor do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. ("BCGB"), uma cédula de crédito bancário de nº 0022/13 no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 25 de abril de 2014 e a última vencerá em 26 de março de 2018. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,2000%, acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o BCGB poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida nas seguintes hipóteses: (a) falta de cumprimento pela nossa Companhia e/ou avalistas e/ou qualquer uma das suas subsidiárias, no prazo e pela forma devidos, de qualquer outra obrigação, principal ou acessória, contraída junto ao Credor e/ou de sua controladora com quaisquer outras empresas pertencentes ao

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Grupo Caixa Geral de Depósitos ou quaisquer outros credores; (b) na ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (c) se a nossa Companhia e/ou avalista tiverem requerida e/ou decretada sua falência, for dissolvida ou sofrer legítimo protesto de título por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora; (d) se a nossa Companhia e/ou avalista propuserem plano de recuperação extrajudicial ao credor ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (e) se a nossa Companhia e/ou avalista, ingressarem em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (f) vencimento antecipado de qualquer outro contrato, cédula ou instrumento firmado pela nossa Companhia e/ou pela avalista; (g) mudança do estado econômico-financeiro da nossa Companhia e/ou da avalista que venha a impossibilitar qualquer uma delas de adimplir tempestivamente as obrigações pecuniárias sob a cédula; (h) mudança ou alteração do objeto social da nossa Companhia e/ou da avalista de forma a alterar as atuais atividades principais da nossa Companhia e/ou das avalistas ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; ou (i) se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle acionário ou ainda a incorporação, fusão ou cisão da nossa Companhia e/ou da avalista sem a prévia e expressa anuência do BCGB.

Em 30 de janeiro de 2013, a Minas Gerais Educação celebrou com o Banco do Brasil S.A. ("BB"), contrato de abertura de crédito fixo nº 339.402.592, no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser quitado em 66 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 17 de agosto de 2014 e a última vencerá em 17 de dezembro de 2019. Os saldos devedores verificados na conta vinculada deste financiamento, bem como as quantias deles oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 1,8000%, acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o BB poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida quando a Companhia, a UniBH ou a Minas Gerais Educação: (a) sofrer protesto cambial, requerer recuperação extrajudicial, judicial ou falência, ou tiver a falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerre as atividades; (b) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações assumidas; (c) diretamente ou através de prepostos ou mandatários, prestar ao BB informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; (d) diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixar de prestar informações que, se do conhecimento do BB, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; (e) tornar-se inadimplente em outra(s) operação(ões) mantida(s) junto ao BB; (f) exceder o limite de crédito concedido; (g) desviar, no todo ou em parte, o(s) bem (bens) dado(s) em garantia; (h) não mantiver em dia o(s) seguro(s) do(s) bem(bens) dado(s) em garantia; ou (i) não reforçar, no prazo indicado na comunicação que lhe for feita pelo financiador, a(s) garantia(s) constituída(s).

Em 27 de setembro de 2012, o Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH S.A. (Uni BH) celebrou com o Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), cédula de crédito bancário nº100112090015800, no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser quitado em 8 parcelas semestrais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 21 de março de 2014 e a última vencerá em 1 de setembro de 2017. Os saldos devedores verificados na conta vinculada deste financiamento, bem como as quantias deles oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,65%, acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o Itaú BBA poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida quando a Uni BH ou os avalistas (a) faltar cumprimento no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação, principal ou acessória, contraída junto ao Itaú BBA em decorrência dessa Cédula ou em qualquer outro Contrato celebrado com o Itaú BBA e/ou qualquer outra empresa ligada/coligada e/ou controlada, de forma direta e/ou indireta, pela Uni BH; (b) ocorrer as hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (c) tiver requerida e/ou decretada sua falência, for dissolvida ou sofrer legítimo protesto de título cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora; (d) morte, insolvência. Interdição, requerimento e/ou decretação de falência de qualquer um dos avalistas ou de outros coobrigados, sem que apresente substituto(s) idôneos(s), aceito(s) pelo Itaú BBA, no prazo de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

05 (cinco) dias a contar da ocorrência do evento; (e) propuser plano de recuperação extrajudicial ao Itaú BBA ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (f) ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (g) vencimento antecipado de qualquer outro contrato, cédula ou instrumento firmado com o Itaú BBA ou com qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico no qual se situa o Itaú BBA; (h) mudança no estado econômico-financeiro; (i) mudança ou alteração do objeto social, de forma a alterar as atuais principais atividades, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; (j) alterar ou modificar a composição do capital social, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem prévia anuência do Itaú BBA; (k) se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou eventualmente convencionadas, não forem devidamente efetivadas ou formalizadas, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da importância, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Itaú BBA; (l) for apurado qualquer descumprimento, falsidade, imprecisão, incorreção ou omissão, em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue relativo a esta Cédula ou a suas garantias; (m) inobservância da Legislação Socioambiental, conforme definida na Cláusula Socioambiental abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, incentivo a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo; (n) não observância, durante o prazo de vigência desta Cédula, dos seguintes índices financeiros, os quais serão objeto de medição e verificação pelo Itaú BBA anualmente, com base em todo ano-calendário, a partir da data de emissão desta Cédula, com base nas demonstrações financeiras consolidadas do nosso grupo econômico: (i) a razão entre Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser menor ou igual que a) 2,75 (dois inteiro e setenta e cinco décimos) no ano de 2013; e b) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no ano de 2014 até a liquidação de todas as obrigações assumidas nesta Cédula.

Em 13 de setembro de 2012 e 21 de dezembro de 2012, a Minas Gerais Educação S.A. ("Minas Gerais Educação") celebrou com o Itaú BBA, cédulas de crédito bancário nºs 100112090008900 e 100112120014100, respectivamente, ambas no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem quitadas em 8 parcelas semestrais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. As primeiras parcelas venceram em 10 de março de 2014 e 16 de junho de 2014 e as últimas vencerão em 21 de agosto de 2017 e 27 de novembro de 2017, respectivamente. Os saldos devedores verificados na conta vinculada deste financiamento, bem como as quantias deles oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual ambas de 2,65%, acrescidos de 100% do CDI. Ressalta-se que o Itaú BBA poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida quando a Minas Gerais Educação S.A. ou os avalistas: (a) faltar cumprimento no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação, principal ou acessória, contraída junto ao Itaú BBA em decorrência dessa Cédula ou em qualquer outro Contrato celebrado pela Minas Gerais Educação S.A. com o Itaú BBA e/ou qualquer outra empresa ligada/coligada e/ou controlada, de forma direta e/ou indireta, da/pela Minas Gerais Educação S.A.; (b) ocorrer as hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (c) tiver requerida e/ou decretada sua falência, for dissolvida ou sofrer legítimo protesto de título cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora; (d) morte, insolvência. Interdição, requerimento e/ou decretação de falência de qualquer um dos avalistas ou de outros coobrigados, sem que apresente substituto(s) idôneos(s), aceito(s) pelo Itaú BBA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da ocorrência do evento; (e) propuser plano de recuperação extrajudicial ao Itaú BBA ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (f) ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (g) vencimento antecipado de qualquer outro contrato, cédula ou instrumento firmado com o Itaú BBA ou com qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico no qual se situa o Itaú BBA; (h) mudança no estado econômico-financeiro; (i) mudança ou alteração do

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

objeto social, de forma a alterar as atuais principais atividades, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; (j) alterar ou modificar a composição do capital social, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem prévia anuência do Itaú BBA; (k) se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou eventualmente convencionadas, não forem devidamente efetivadas ou formalizadas, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da importância, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Itaú BBA; (l) for apurado qualquer descumprimento, falsidade, imprecisão, incorreção ou omissão, em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue relativo a esta Cédula ou a suas garantias; (m) inobservância da Legislação Socioambiental, conforme definida na Cláusula Socioambiental abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, incentivo a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo; (n) não observância, durante o prazo de vigência desta Cédula, dos seguintes índices financeiros, os quais serão objeto de medição e verificação pelo Itaú BBA anualmente, com base em todo ano-calendário, a partir da data de emissão desta Cédula, com base nas demonstrações financeiras consolidadas do nosso grupo econômico: (i) a razão entre Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser menor ou igual que a) 2,75 (dois inteiro e setenta e cinco décimos) no ano de 2013; e b) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no ano de 2014 até a liquidação de todas as obrigações assumidas nesta Cédula.

Em 13 de setembro de 2012, o Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte") celebrou com o Itaú BBA, cédula de crédito bancário nº 100112090008800, no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a ser quitado em 8 parcelas semestrais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 10 de março de 2014 e a última vencerá em 21 de agosto de 2017. Os saldos devedores verificados na conta vinculada deste financiamento, bem como as quantias deles oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, sofrerão incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,65%, acrescido de 100% do CDI. Ressalta-se que o Itaú BBA poderá declarar a cédula de crédito antecipadamente vencida quando a Unimonte ou os avalistas: (a) faltar cumprimento no prazo e pela forma devidos, de qualquer obrigação, principal ou acessória, contraída junto ao Itaú BBA em decorrência dessa Cédula ou em qualquer outro Contrato celebrado com o Itaú BBA e/ou qualquer outra empresa ligada/coligada e/ou controlada, de forma direta e/ou indireta, do/pelo Minas Gerais Educação S.A.; (b) ocorrer as hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; (c) tiver requerida e/ou decretada sua falência, for dissolvida ou sofrer legítimo protesto de título cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora; (d) morte, insolvência. Interdição, requerimento e/ou decretação de falência de qualquer um dos avalistas ou de outros coobrigados, sem que apresente substituto(s) idôneos(s), aceito(s) pelo Itaú BBA, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da ocorrência do evento; (e) propuser plano de recuperação extrajudicial ao Itaú BBA ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (f) ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (g) vencimento antecipado de qualquer outro contrato, cédula ou instrumento firmado com o Itaú BBA ou com qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico no qual se situa o Itaú BBA; (h) mudança no estado econômico-financeiro; (i) mudança ou alteração do objeto social, de forma a alterar as atuais principais atividades, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; (j) alterar ou modificar a composição do capital social, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem prévia anuência do Itaú BBA; (k) se as garantias reais ou fidejussórias, ora e/ou eventualmente convencionadas, não forem devidamente efetivadas ou formalizadas, segundo os dispositivos contratuais ou legais aplicáveis, ou se elas, por qualquer fato atinente ao seu objeto se tornarem inábeis, impróprias ou insuficientes para assegurar o pagamento da importância, e desde que não sejam substituídas ou complementadas, quando solicitado pelo Itaú BBA; (l) for apurado qualquer descumprimento,

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

falsidade, imprecisão, incorreção ou omissão, em qualquer declaração, informação ou documento que houver sido firmado, prestado ou entregue relativo a esta Cédula ou a suas garantias; (m) inobservância da Legislação Socioambiental, conforme definida na Cláusula Socioambiental abaixo, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, incentivo a prostituição ou utilizar em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo; (n) não observância, durante o prazo de vigência desta Cédula, dos seguintes índices financeiros, os quais serão objeto de medição e verificação pelo Itaú BBA anualmente, com base em todo ano-calendário, a partir da data de emissão desta Cédula, com base nas demonstrações financeiras consolidadas do nosso grupo econômico: (i) a razão entre Dívida Líquida e o EBITDA deverá ser menor ou igual que a) 2,75 (dois inteiro e setenta e cinco décimos) no ano de 2013; e b) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) no ano de 2014 até a liquidação de todas as obrigações assumidas nesta Cédula.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Número Contrato	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(% a.a.) Taxa efetiva
GAEC	Banco HSBC	1926-02130-70	22/10/2010	R\$ 6.000.000,00	15/03/2018	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de duplicatas de titularidade (a) da emitente depositados na conta vinculada de nº 1926-01866-60; (b) do Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNIBH S.A. depositados na conta vinculada de nº 1926-00263-02; e (c) de Minas Gerais Educação S.A. depositados na conta vinculada de nº 1926-00226-25	1,999% a.a. + 100% CDI
GAEC	Banco HSBC	1926-03091-90	15/03/2013	R\$ 12.800.000,00	15/03/2018	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios em conta corrente exclusiva	1,999% a.a. + 100% CDI
GAEC	Banco Caixa Geral	0022/13	27/03/2013	R\$ 10.000.000,00	26/03/2018	Capital de Giro	(i) avalistas	2,2000% a.a. + 100% CDI
GAEC	Banco Santander	00333476300000008000	29/05/2013	R\$ 30.000.000,00	29/05/2023	Capital de Giro	(i) avalista	2,20% a.a. + 100% CDI
HSM do Brasil	Banco HSBC	1926-03142-08	20/05/2013	R\$ 10.000.000,00	17/05/2018	Capital de Giro	(i) avalistas	2,205% a.a. + 100% CDI
Uni-BH	Banco HSBC	1926-02139-16	28/10/2010	R\$ 10.000.000,00	15/03/2018	Capital de Giro	(i) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de duplicatas de titularidade da emitente depositadas na conta vinculada de nº 1926-00263-02	1,999% a.a. + 100% CDI
Uni-BH	Banco HSBC	1926-02447-57	25/08/2011	R\$ 5.000.000,00	15/03/2018	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de duplicatas de titularidade da emitente depositadas na conta vinculada e nº 1926-00263-02	1,999% a.a. + 100% CDI
Uni-BH	Banco Itaú	100112090015800	27/09/2012	R\$ 5.000.000,00	01/09/2017	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de CDB de titularidade da emitente depositadas em conta vinculada e / ou aplicações financeiras.	2,65% a.a. + 100% CDI
Uni-BH	Banco Santander	00333476300000006780	04/01/2013	R\$ 15.000.000,00	03/01/2018	Capital de Giro	(i) CDB representando 17% da CCB; e (ii) avalista	2,8% a.a. + 100% CDI
MGE	Banco HSBC	1926-02915-42	24/09/2012	R\$ 5.000.000,00	15/03/2018	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de duplicatas de titularidade da emitente depositadas na conta vinculada de nº 1926-00226-25	1,999% a.a. + 100% CDI

MGE	Banco HSBC	1926-02925-22	01/10/2012	R\$ 5.000.000,00	15/03/2018	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de duplicatas de titularidade da emitente depositadas na conta vinculada de nº 1926-00226-25	1,999% a.a. + 100% CDI
MGE	Banco HSBC	1926-02937-82	11/10/2012	R\$ 5.000.000,00	15/03/2018	Capital de Giro	(i) avalista; e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios em conta corrente exclusiva;	1,999% a.a. + 100% CDI
MGE	Banco Itaú	100112090008900	13/09/2012	R\$ 5.000.000,00	21/08/2017	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de CDB de titularidade da emitente depositadas em conta vinculada e / ou aplicações financeiras.	2,65% a.a. + 100% CDI
MGE	Banco Itaú	100112120014100	21/12/2012	R\$ 5.000.000,00	27/11/2017	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de CDB de titularidade da emitente depositadas em conta vinculada e / ou aplicações financeiras.	2,80% a.a. + 100% CDI
MGE	Banco do Brasil	339.402.592	31/01/2013	R\$ 30.000.000,00	17/12/2019	Capital de Giro	(i) avalistas; (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de depósitos a prazo, representados pelo BB Fundo Exclusivo, com vencimento em 17/12/2019, no valor mínimo de R\$ 454.545,45	1,8% a.a. + 100% CDI
UNIMONTE	Banco Itaú	100112090008800	13/09/2012	R\$ 5.000.000,00	21/08/2017	Capital de Giro	(i) avalistas; e (ii) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de CDB de titularidade da emitente depositadas em conta vinculada e / ou aplicações financeiras.	2,65% a.a. + 100% CDI



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### **ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Em 31 de dezembro de 2014, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

### **iii. Grau de subordinação entre as dívidas.**

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 31 de dezembro de					
	2014		2013		2012	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	74,9	58,1	96,9	64,7	50,5	84,7
Obrigações quirografárias	54,1	41,9	52,8	35,3	9,1	15,3
Obrigações com garantia flutuante	-	-	-	-	-	-
<b>Total do Endividamento Financeiro</b>	<b>129</b>	<b>100</b>	<b>149,7</b>	<b>100</b>	<b>59,6</b>	<b>100</b>

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2014, são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não circulante, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

### **iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.**

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;
- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir:

- EBITDA Ajustado/Despesa Financeira Líquida – não inferior a 1,3 (Em 31 de dezembro de 2014, essa relação era de 9,5);
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado – não superior a 2,5 (Em 31 de dezembro de 2014, não apresentávamos uma dívida líquida mas sim uma disponibilidade líquida); e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Índice de Liquidez Corrente – não inferior a 1,00 (Em 31 de dezembro de 2014, essa relação era de 1,9).

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

Para maiores informações sobre os índices financeiros mínimos que devemos observar, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

### g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Nossos financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2014 não possuem qualquer limite ou restrição de utilização.

### h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens deste Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

### Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino superior prestados de forma presencial, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação e extensão, incluídos em nosso segmento de Ensino Superior. Este segmento respondeu por 93% das receitas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Com a aquisição da HSM, que passou a ser consolidada em nosso balanço a partir de 01 de abril de 2013, diversificamos nossas fontes de receita, passando também a prestar serviços e vender produtos em 3 subsegmentos, todos incluídos em nosso segmento HSM, denominado “Vertical de Gestão”, de nossas demonstrações financeiras que representa 7% das receitas do exercício. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada.

No Ensino Superior presencial a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo,

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sendo que deverão adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Após o início das aulas, os alunos ainda podem pedir o cancelamento de suas matrículas, mas neste caso deverão honrar com todas as mensalidades até aquele momento, incluindo o mês em que o pedido de cancelamento ocorre.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- PROUNI - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer somente bolsas integrais, sendo uma bolsa para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, os descontos decorrentes do ProUni totalizaram R\$40,7 milhões e R\$30,2 milhões, respectivamente, o que deduzimos de nossas receitas brutas ao apresentar a receita líquida em nossas demonstrações financeiras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 tivemos o valor de R\$95,7 milhões referente a estes mesmos descontos decorrentes do ProUni. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- Descontos concedidos pela mantenedora - São descontos concedidos pela mantenedora dos Centros Universitários que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).
- Pagamento no prazo - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- Captações de alunos - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.
- Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- Pós graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição.

A Receita da HSM se divide em eventos e seminários, venda de revistas e livros, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company. No exercício social de 2014 os cursos de pós-graduação *lato sensu* e cursos abertos para o público em geral foram cancelados devido a adequação de nossa estratégia neste segmento.

No caso de eventos e seminários, principal fonte de receita da HSM, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

A venda de revistas e livros é uma função direta da quantidade de exemplares vendidos multiplicado pelo preço individual. A quantidade de exemplares vendidos depende de nossa capacidade de distribuição e de seleção e, no caso da edição de livros, de selecionar títulos com grande demanda.

Para cursos *In Company* customizados para empresas, são firmados contratos pelo valor completo do curso ofertado que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados entre a HSM e os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado. Finalmente, para os cursos de pós-graduação e extensão que foram canceladas novas turmas no ano de 2014, os contratos eram firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar de poucos dias letivos a até 18 meses.

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Desta forma sofremos somente a incidência de ISS, com uma alíquota de 2% que era vigente até o ano de 2014 (sendo o valor referente à diferença de 1% depositada em juízo visto ação judicial a ser julgada referente a inconstitucionalidade do aumento ocorrido para o ano observado). A partir do novo exercício que inicia, devido a alterações teremos um reajuste deste ISS para o valor de 3% na região de Belo Horizonte Já para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. As receitas provenientes de nossa editora são isentas de qualquer tributação, nos termos do artigo 150 da Constituição Federal.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Custos Operacionais

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior presencial estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício de 2014 representavam 73% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa cerca de 73% do custo com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente um campus próprio, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos outros 17 *campi*. As despesas de aluguel, junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram 14% dos custos totais do exercício social de 2014 de nosso segmento de Ensino Superior.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de software acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 13% dos custos apurados no exercício social de 2014.

Depreciação e Amortização de imóveis, móveis, equipamentos de laboratório, equipamentos de informática etc. representavam cerca de 3% dos custos totais no exercício social de 2014.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, 91% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma *proxy* de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

### Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

### Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise das variações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado com 31 de Dezembro de 2013**

	<b>31/12/2014</b>	<b>AV (%)</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>AV (%)</b>	<b>Var. 2014 / 2013</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	693,5	100,00%	461,3	100,0%	50,3%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-371	-53,50%	-255,9	-55,5%	45,0%
<b>(PREJUÍZO) LUCRO OBTIDO</b>	322,5	46,50%	205,4	44,5%	57,0%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	-43,3	-6,25%	-27,5	-6,0%	57,5%
Gerais e administrativas	-157,5	-22,71%	-135,0	-29,3%	16,7%
Resultado de equivalência patrimonial	0	0,00%	-	0,0%	0,0%
Outras (despesas) receitas operacionais	0	-0,01%	-3,0	-0,7%	-100,0%
	-200,9	-28,97%	-165,5	-35,9%	21,4%
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	121,6	17,53%	39,9	8,7%	204,8%
Receita financeira	45,7	6,59%	20,3	4,4%	125,1%
Despesa financeira	-29,2	-4,21%	-28,2	-6,1%	3,5%
Resultado financeiro	16,5	2,38%	-8,0	-1,7%	-306,3%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS</b>	138,1	19,91%	31,9	6,9%	332,9%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	21	3,03%	2,1	0,5%	900,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	159,1	22,94%	34,0	7,4%	367,9%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À</b>					
Proprietários da controladora	164,9	23,78%	38,4	8,3%	329,4%
Participação de não controladores	-5,8	0,00%	-4,3	0,0%	0,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>					
Lucro básico	1,92		0,58		
Lucro diluído	1,92		0,58		

**RECEITA LÍQUIDA**

Tivemos uma receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$ 693,5 milhões, representando um aumento de 50,3% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) A partir de julho de 2014 passamos a consolidar os resultados referentes à aquisição da Universidade São Judas Tadeu. Esse fator correspondeu a um aumento na receita líquida de R\$103,4 milhões, ou 22,4%, em relação ao mesmo período de 2013;
- ii) A partir do segundo trimestre de 2014 passamos a oferecer cursos de ensino técnico através do Pronatec em todas as nossas instituições. Esse fator contribuiu com um aumento na receita líquida no valor de R\$14,8 milhões, ou 3,2%, em relação ao mesmo período de 2013;
- iii) Expansão orgânica da base média de alunos 13,4% em 2014, impactados principalmente pelo aumento da captação de novos alunos através dos processos seletivos no início e meio do ano. Além disso, alcançamos um crescimento devido a novos cursos e *campi* lançados nos últimos anos e que ainda estão em amadurecimento;
- iv) Repasse médio referente à inflação sobre as mensalidades, representando um acréscimo de 7,5%; e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- v) Contamos ainda com um ganho equivalente a 2,7% em nossa mensalidade média devido ao crescimento de cursos com mensalidade mais alta, o que resultou em uma média de mensalidade também mais alta.

### CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, nossos custos totalizaram R\$371,0 milhões, o que representa um acréscimo de R\$115,1 milhões, ou 45,0%, em relação ao mesmo período de 2013. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 55,5% em 2013 para 53,5% no exercício social de 2014, o que representa um ganho de 2,0 p.p., explicado principalmente pela diluição de nossos custos fixos como aluguel e outros custos operacionais.

### LUCRO BRUTO

Como resultado do crescimento da nossa receita líquida e da nossa eficiência no gerenciamento dos nossos custos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, reportamos um lucro bruto de R\$322,5 milhões, o que representa um crescimento de R\$117,1 milhões, ou 57,0%, em relação ao mesmo período de 2013. Em relação à receita líquida, alcançamos neste período um ganho de 2,0 p.p. em relação a 2013, chegando a um lucro bruto que representa 46,5% da receita líquida em 2014.

### DESPESAS COMERCIAIS

No acumulado do ano de 2014, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$43,3 milhões, ou 6,2% da receita líquida, enquanto que no mesmo período do ano anterior totalizaram R\$27,5 milhões ou 6,0% da receita líquida.

As despesas de marketing tiveram um aumento de R\$10,7 milhões em relação a 2013, o que representou um aumento de 0,5 p.p. como percentual da receita líquida. Esse aumento reflete a consolidação da São Judas a partir do 3º trimestre de 2014, visto que esta destinava um percentual maior da receita líquida em marketing para captação de alunos.

A despesa com PDD no ano, da mesma forma, apresentou um aumento de R\$5,1 milhões, mas que no entanto representou 2,7% da Receita Líquida, ou 0,4 p.p. melhor em relação ao mesmo período do ano anterior. A redução da provisão para devedores duvidosos (PDD) como percentual da receita se refere a uma carteira de recebíveis com um *aging* mais baixo, principalmente na pós graduação, refletindo melhorias nos processos de cobrança da nossa área de gestão da inadimplência. Além disso, o aumento da participação de alunos com FIES na nossa base total de alunos vem contribuindo para um percentual menor de provisão de PDD, que por outro lado é compensado por um aumento das despesas com comissão do FGEDUC, contabilizada na rubrica de outras despesas gerais e administrativas.

### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No acumulado do ano de 2014, as nossas despesas gerais e administrativas foram de R\$157,5 milhões e aumentaram R\$22,5 milhões, ou 16,7%, em relação ao ano de 2013.

Esta variação pode ser explicada pelo aumento de nossas despesas com serviços de terceiros principalmente pelo fato de passarmos a ser uma empresa de capital aberto. Um outro fator que contribuiu para o aumento das outras despesas gerais e administrativas foi o aumento das despesas com a comissão do FGEDUC e com a comissão do Programa PRAVALER refletindo o aumento de alunos com financiamento estudantil na nossa base total de alunos.

Por outro lado, apresentamos uma redução de R\$8,5 milhões nas despesas com pessoal. Apesar da expansão do quadro administrativo e aumentos salariais por dissídio coletivo, no valor de R\$25,1 milhões, em 2013 registramos um valor pontual de R\$33,6 milhões referente ao Programa Dádiva, no qual dois acionistas da companhia transferiram ações particulares



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

para 2,2 mil colaboradores e professores que assim se tornaram acionistas da Anima, sem o mesmo efeito em 2014.

### OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Nossas outras despesas operacionais incluem despesas com impostos e taxas e provisões para potenciais perdas referentes a contingências de natureza trabalhista, tributária ou civil.

No acumulado do ano de 2014, apresentamos as despesas operacionais próximas de zero, visto que as despesas com provisões para contingências no valor de R\$11,6 milhões e as despesas com impostos e taxas no valor de R\$2,2 milhões foram compensadas pelas outras receitas operacionais no valor R\$13,8 milhões. Em relação a 2013, isso representou um ganho de R\$3,0 milhões, sendo R\$1,9 milhões referente a uma menor necessidade de provisões para contingências e R\$1,1 milhões referente a uma maior receita operacional.

### RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$16,5 milhões, ante um resultado negativo de R\$8,0 milhões no mesmo período de 2013.

As receitas financeiras aumentaram R\$25,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo aumento das receitas com aplicações financeiras considerando que no segundo semestre de 2013 realizamos o IPO e os recursos captados foram alocados em aplicações financeiras temporariamente. As receitas com juros sobre mensalidades em atraso, por outro lado, reduziram, à medida que aumentamos a cada ano a representatividade dos alunos com FIES na nossa base de alunos.

As despesas financeiras totalizaram R\$29,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e apresentaram um aumento de R\$1,0 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior quando representaram um montante de R\$28,2 milhões.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de ensino superior de graduação gozam de benefícios do PROUNI, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No período do exercício social de 2014 o subsegmento de pós-graduação não gerou um resultado tributável. Em 2014 tivemos um impacto positivo de R\$21,0 milhões referente à quitação antecipada de parcelamentos tributários utilizando créditos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou da base de cálculo negativa da CSLL. Excluindo esse efeito tivemos um imposto efetivo de R\$1,8 milhões, concentrado na São Judas.

### RESULTADO LÍQUIDO

Nosso lucro líquido no período encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$159,1 milhões, face um lucro líquido de R\$34,0 milhões em comparação ao mesmo período de 2013. Esta variação decorre das informações citadas acima em relação às outras linhas da demonstração financeira dos resultados.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise das variações de resultado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado com 31 de dezembro de 2012**

	31/12/2013	AV (%)	31/12/2012	AV (%)	Var. 2013 / 2012
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	461,3	100,0%	323,7	100,0%	42,5%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-255,9	-55,5%	-189,0	-58,4%	35,4%
<b>(PREJUÍZO) LUCRO OBTIDO</b>	205,4	44,5%	134,7	41,6%	52,4%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Comerciais	-27,5	-6,0%	-24,9	-7,7%	10,3%
Gerais e administrativas	-135,0	-29,3%	-61,5	-19,0%	119,6%
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras (despesas) receitas operacionais	-3,0	-0,6%	-13,5	-4,2%	-77,8%
	-165,5	-35,9%	-99,9	-30,9%	65,7%
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	39,9	8,6%	34,8	10,8%	14,5%
Receita financeira	20,3	4,4%	10,3	3,2%	97,5%
Despesa financeira	-28,2	-6,1%	-21,7	-6,7%	29,9%
Resultado financeiro	-8,0	-1,7%	-11,5	-3,5%	-30,5%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS</b>	31,9	6,9%	23,4	7,2%	36,6%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	2,1	0,5%	0,1	0,0%	2002,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	34,0	7,4%	23,5	7,2%	45,0%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À</b>					
Proprietários da controladora	34,0	7,4%	23,5	7,2%	45,0%
Participação de não controladores	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>					
Lucro básico	0,58		0,47		
Lucro diluído	0,58				

**RECEITA LÍQUIDA**

Nossa receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$461,3 milhões, representando um aumento de R\$137,6 milhões, ou 42,5%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) No final de março de 2013, adquirimos o controle das empresas que compõe o grupo HSM, por meio da aquisição de uma participação de 50% no capital da BR Educação Executiva, sendo que os resultados da HSM passaram a ser consolidados em nosso balanço a partir de 01 de abril de 2013. Desta forma, o balanço consolidado referente ao período findo em 31 de dezembro de 2013 já inclui os resultados da HSM, ou seja, uma receita líquida adicional de R\$43,5 milhões, que representa um aumento de 13,5% comparados ao mesmo período do ano anterior;
- ii) Expansão orgânica da base de alunos média em 19%, impactados principalmente pelo aumento da captação de novos alunos através dos processos seletivos no início e meio do ano. Além disso, alcançamos um crescimento devido a novos cursos e *campi* lançados nos últimos anos e que ainda estão em amadurecimento, além da aquisição do direito de manutenção de uma faculdade da UNIPAC localizada em Betim-MG com aproximadamente 900 alunos em fevereiro de 2013.
- iii) Repasse médio referente à inflação sobre as mensalidades, representando um acréscimo de 7,5%; e

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- iv) Contamos ainda com um ganho equivalente a 2,5% em nossa mensalidade média devido ao crescimento de cursos com mensalidade mais alta, o que resultou em uma média de mensalidade também mais alta;

### CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nossos custos totalizaram R\$255,9 milhões, o que representa um acréscimo de R\$66,9 milhões, ou 35,4%, em relação ao mesmo período de 2012. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 58,4% em 2012 para 55,5% no exercício social de 2013, o que representa um ganho de 2,9 ponto percentual de margem bruta.

A consolidação dos resultados da HSM a partir de abril de 2013 representa um acréscimo em nossos custos de R\$25,8 milhões, ou 13,6% de acréscimo se comparados ao mesmo período do ano passado. Esse aumento inclui um total de gastos com reestruturação de natureza não recorrente num valor de R\$3,0 milhões, utilizados para demissão de pessoal, rescisão de alguns contratos de maior relevância e outros gastos necessários para a integração das empresas do grupo HSM à nossa Companhia.

Desconsiderando a consolidação dos resultados da HSM, portanto, nossos custos totalizariam R\$230,1 milhões representando um aumento de R\$41,1 milhões, ou 21,8%, em relação ao mesmo período de 2012. Esse aumento pode ser explicado principalmente pelo:

- i) Aumento de custos com pessoal no valor de R\$31,6 milhões relacionados à expansão da carga horária total atrelada ao aumento do número de alunos, além dos aumentos salariais de acordo com os termos dos acordos coletivos de trabalho;
- ii) Aumento no valor de R\$2,2 milhões relativo às ações concedidas por sócios aos funcionários do grupo através do Programa Dádiva;
- iii) Aumento dos custos com aluguel e ocupação no valor de R\$4,6 milhões relacionados à expansão de novos e atuais campi, além do aumento pela correção dos contratos de aluguel atrelados aos índices de inflação; e
- iv) Aumento de outros custos no valor de R\$2,7 milhões.

Quando analisamos os custos em relação à receita líquida, notamos um ganho de 3,3 p.p., sendo que 2,0 p.p. se referem ao ganho com custos de pessoal e serviços de terceiros, enquanto que a diluição de custos fixos como aluguéis e outros custos contribuiu em 1,3 p.p., traduzindo o nosso crescimento da receita em ganhos de margem operacional.

### LUCRO BRUTO

Como resultado do crescimento da nossa receita líquida e da nossa eficiência no gerenciamento dos nossos custos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, reportamos um lucro bruto de R\$205,4 milhões, o que representa um crescimento de R\$70,7 milhões, ou 52,4%, em relação ao mesmo período de 2012.

A HSM contribuiu com um lucro bruto de R\$17,7 milhões e uma margem de 40,7% sobre a receita líquida.

Em relação à receita líquida, alcançamos neste período um incremento de 2,9 pontos percentuais em relação a 2012, chegando a um lucro bruto que representa 44,5% da receita líquida em 2013. Desconsiderando a consolidação dos resultados da HSM, o incremento teria sido de 3,3 pontos percentuais em relação a 2012.

### DESPESAS COMERCIAIS

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As nossas despesas comerciais são compostas pelos gastos de nosso departamento de *marketing* (com exceção de gastos com pessoal), somados à provisão para créditos de liquidação duvidosa e totalizaram R\$27,5 milhões ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o que representou um aumento de R\$2,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, quando totalizaram R\$24,9 milhões.

As despesas de *marketing* totalizaram R\$13,7 milhões, com um aumento de R\$5,9 milhões em 2013 devido basicamente à inclusão dos valores da HSM nos números consolidados de 2013 no valor de R\$4,2 milhões. As despesas relacionadas à provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizaram R\$13,8 milhões ao final de 2013, representando uma redução de R\$ 3,3 milhões quando comparados ao valor de R\$17,1 milhões de 2012, principalmente devido à redução do *aging* médio da nossa carteira de recebíveis frutos do bom desempenho da nossa área de gestão da inadimplência. Além disso, mudanças de mix, como o aumento do número de alunos com FIES e uma menor participação da pós graduação no total de alunos, contribuíram para um valor menor de provisão para 2013.

### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas incluem os gastos com pessoal administrativo, serviços de terceiros, aluguel e ocupação dos espaços administrativos e outras despesas, tais como, exemplificativamente, manutenção, deslocamentos, comunicação. Encerramos o exercício social de 2013 com um valor total de R\$135,0 milhões, o que representa um crescimento de R\$73,5 milhões, ou 120%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

A HSM contribui com R\$19,5 milhões neste período, o que explica 31,8% do crescimento observado na comparação de 2013 com 2012. Excluindo este efeito referente à consolidação dos resultados da HSM, tivemos um total de despesas gerais e administrativas de R\$115,5 milhões neste período, ou seja, um crescimento de R\$54,0 milhões, ou 88,2%, comparados ao mesmo período de 2012.

Este aumento de R\$54,0 milhões pode ser explicado pelo aumento de despesas com pessoal no valor de R\$15,8 milhões, visto que, além da expansão do quadro administrativo e aumentos salariais por dissídio coletivo, mudamos a forma de contabilização de nosso programa de remuneração variável. A partir de 2013 passamos a provisionar uma estimativa de desembolso referentes ao atual ano de competência, mas que somente serão pagos no ano seguinte. Com isto, acabamos contabilizando dois ciclos de remuneração variável dentro de 2013. Contribuiu também para o aumento das despesas gerais e administrativas, o valor de R\$25,3 milhões relacionado às ações concedidas por sócios aos funcionários pelo Programa Dádiva, o valor de R\$6,6 milhões relacionado a alienação de ações em tesouraria e o aumento no valor de R\$6,4 milhões de outras despesas relacionadas a aluguel, depreciação e despesas com comissões do FGEDUC e com a comissão do Programa PRAVALER, uma vez que seguimos crescendo a quantidade de alunos com financiamento estudantil na nossa base total.

### OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Nossas outras despesas operacionais incluem despesas com impostos e taxas e provisões para potenciais perdas referentes a contingências de natureza trabalhista, tributária ou civil e totalizaram R\$15,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 o que representou uma diminuição de R\$3,6 milhões em relação ao mesmo período de 2012. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução no valor de R\$4,7 milhões nas despesas com provisões para riscos, enquanto que as despesas com impostos e taxas apresentaram um aumento de R\$1,1 milhão.

As outras receitas operacionais totalizaram R\$12,7 milhões no exercício social de 2013 e aumentaram R\$5,3 milhões em relação a 2012, principalmente devido a uma mudança na forma de cobrança de nossas despesas corporativas e do centro serviço compartilhado, permitindo uma redução no faturamento entre empresas e consequentemente incidência de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

impostos, enquanto que nossas receitas com sublocação de salas dentro de nossos campi se mantiveram praticamente estáveis.

### RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$8,0 milhões, ante um resultado negativo de R\$11,5 milhões no mesmo período de 2012.

As receitas financeiras aumentaram R\$10,0 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente pelo aumento das receitas com aplicações financeiras no valor de R\$10,2 milhões considerando que no segundo semestre de 2013 realizamos o IPO e os recursos captados foram alocados em aplicações financeiras temporariamente. As receitas com juros sobre mensalidades em atraso, por outro lado, reduziram no valor de R\$0,7 milhão, à medida que aumentamos a cada ano a representatividade dos alunos com FIES na nossa base de alunos. As outras receitas financeiras, por sua vez, aumentaram R\$0,5 milhão.

As despesas financeiras totalizaram R\$28,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e apresentaram um aumento de R\$6,5 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior quando representaram um montante de R\$21,7 milhões. Apesar de termos reduzido nossas despesas de juros com tributos em R\$1,4 milhões, tivemos um aumento com despesas de juros com empréstimos e financiamentos no valor de R\$3,9 milhões, além do aumento de R\$2,3 milhões com despesas de ajuste a valor presente e correção monetária de títulos em virtude da HSM e outras despesas financeiras no valor de R\$1,6 milhões.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de ensino superior de graduação gozam de benefícios do PROUNI, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício social de 2013 o subsegmento de pós-graduação não gerou um resultado tributável.

Além disso, em 2013 tivemos um impacto positivo de aproximadamente R\$2,1 milhões referentes à reversão de uma provisão de impostos diferidos relacionados à reavaliação de imóveis na Unimonte. Após este imóvel ser alienado em junho de 2013, fomos capazes de compensar o eventual imposto de renda por ganho de capital com prejuízos acumulados do exercício. Consequentemente, a venda do ativo nos permitiu baixar uma provisão passiva de imposto diferido, resultando em um ganho de R\$2,1 milhões de impostos diferidos em 2013.

### RESULTADO LÍQUIDO

Nosso lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$34,0 milhões, face um lucro líquido de R\$23,5 milhões em comparação ao mesmo período de 2012. Esta variação decorre das informações citadas acima em relação às outras linhas da demonstração financeira dos resultados.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2014 comparado com 31 de dezembro de 2013**

	31/12/2014	AV (%)	31/12/2013	AV (%)	Var. 2014 / 2013
<b>ATIVOS</b>					
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	15,9	1,7%	12,2	1,4%	30,0%
Aplicações financeiras	120,0	12,7%	476,5	55,0%	-74,8%
Contas a receber	155,6	16,5%	80,6	9,3%	93,2%
Adiantamentos diversos	25,1	2,7%	10,0	1,2%	151,9%
Outros ativos circulantes	6,4	0,7%	4,3	0,5%	50,2%
Impostos e contribuições a recuperar	13,1	1,4%	4,3	0,5%	0,0%
Total dos ativos circulantes	336,0	35,6%	587,8	67,8%	-42,8%
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	1,6	0,2%	0,3	0,0%	395,3%
Adiantamentos diversos	2,3	0,2%	0,2	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	20,1	2,1%	13,3	1,5%	50,5%
Créditos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-100,0%
Impostos e contribuições a recuperar	4,5	0,5%	5,4	0,6%	-17,2%
Imóveis para venda	0,0	0,0%	0,0	0,0%	
Outros ativos não circulantes	9,0	1,0%	1,0	0,1%	813,2%
Investimentos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	-100,0%
Imobilizado	121,6	12,9%	88,7	10,2%	37,0%
Intangível	449,0	47,6%	170,2	19,6%	163,9%
Total dos ativos não circulantes	608,1	64,4%	279,2	32,2%	117,8%
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>944,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>867,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,0%</b>

**Ativos Circulantes**

O valor do ativo circulante totalizou R\$336,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 e representava 35,6% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2013 apresentava um valor de R\$587,8 milhões e representava 67,8% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo circulante são explicadas abaixo:

- Redução de R\$352,8 milhões do saldo das aplicações financeiras, que passou de R\$476,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$120,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente em razão da aquisição da Universidade São Judas e da compra dos 50% restantes da participação social da HSM;
- Aumento de R\$75,0 milhões no saldo das contas a receber líquido que passou de um valor de R\$80,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 para um valor de R\$155,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Além da consolidação dos resultados da São Judas a partir do terceiro trimestre de 2014, o aumento do contas a receber é decorrente do aumento da nossa atividade operacional além de um aumento no prazo médio do contas a receber do segmento não-FIES.
- Aumento no valor de R\$15,1 milhões no saldo da conta de adiantamentos diversos que passou de um valor de R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 para um valor de R\$25,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento pode ser explicado principalmente por um adiantamento de aluguéis no UniBH com descontos atrativos para acertar contingências de responsabilidade do antigo mantenedor, um valor oferecido em caução para a Whitney para assegurar exclusividade e confidencialidade nas informações que nos foram prestadas, valor este que será restituído integralmente na data do fechamento da transação, e ainda alguns adiantamentos de fornecedores com vencimento nas primeiras semanas de janeiro de 2015 relacionados à virada do sistema financeiro na São Judas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Ativos Não Circulantes**

O valor do ativo não circulante totalizou R\$608,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 e representava 64,4% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2013 totalizou um valor de R\$279,2 milhões e representava 32,2% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

- a) Aumento do ativo imobilizado no valor de R\$32,9 milhões, passando de um saldo de R\$88,7 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$121,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, como consequência:
  - i. De uma redução de R\$3,1 milhões em decorrência principalmente da baixa de ativos permanentes da HSM Educação que se tornaram obsoletos depois da reestruturação e revisão do portfólio, que focou as atividades da empresa nos cursos *In Company*;
  - ii. De um aumento de R\$35,2 milhões em decorrência de adições de ativo imobilizado, principalmente impactados pelos investimentos realizados ao longo do ano em edificações, obras, máquinas, equipamentos, computadores e periféricos, biblioteca, entre outros;
  - iii. De um aumento de R\$14,3 milhões em decorrência da aquisição da São Judas;
  - iv. De uma redução de R\$13,6 milhões em função da depreciação do período.
- b) Aumento de ativo intangível no valor de R\$278,8 milhões, totalizando um saldo de R\$449,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, que pode ser explicado principalmente pela aquisição e consolidação da São Judas em nossos resultados.

	31/12/2014	AV (%)	31/12/2013	AV (%)	Var. 2014 / 2013
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>					
Fornecedores	16,6	1,9%	18,7	7,2%	-11,6%
Empréstimos e financiamentos	28,5	3,3%	24,8	9,5%	14,7%
Salários e encargos sociais	46,9	5,4%	27,4	10,5%	71,4%
Obrigações tributárias	10,1	1,2%	5,3	2,0%	89,0%
Adiantamentos de clientes	26,2	3,0%	19,9	7,6%	31,5%
Parcelamento de impostos e contribuições	0,1	0,0%	1,6	0,6%	-94,8%
Titulos a pagar	6,0	0,7%	9,6	3,7%	-37,3%
Outros passivos circulantes	39,2	4,5%	9,1	3,5%	329,6%
<b>Total dos passivos circulantes</b>	<b>173,6</b>	<b>20,0%</b>	<b>116,6</b>	<b>44,6%</b>	<b>48,9%</b>
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	100,5	11,6%	124,9	47,7%	-19,5%
Titulos a pagar	0,0	0,0%	49,1	18,7%	-100,0%
Adiantamentos de clientes	0,0	0,0%	0,1	0,0%	0,0%
Débitos com partes relacionadas	0,0	0,0%	1,8	0,7%	-100,0%
Parcelamento de impostos e contribuições	3,1	0,4%	28,2	10,8%	-88,9%
Imposto de renda e contribuição social diferido	15,4	1,8%	15,5	5,9%	-0,7%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e	53,4	6,2%	53,7	20,5%	-0,5%
Outros passivos não circulantes	1,6	0,2%	0,3	0,1%	511,6%
<b>Total dos passivos não circulantes</b>	<b>174,1</b>	<b>20,1%</b>	<b>273,5</b>	<b>104,5%</b>	<b>-36,3%</b>
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>347,6</b>	<b>40,1%</b>	<b>390,0</b>	<b>149,1%</b>	<b>-10,9%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*****Passivos Circulantes***

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$173,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 e representava 18,4% do total do nosso passivo e patrimônio líquido, enquanto que em 31 de dezembro de 2013 totalizou um valor de R\$116,6 milhões, representando 44,6% do nosso passivo e patrimônio líquido. Esse aumento do passivo circulante ocorreu principalmente devido à:

- a) Aumento do saldo da conta de salários e encargos sociais tanto em função da aquisição e consolidação da São Judas Tadeu, quanto pela expansão do nosso quadro de funcionários;
- b) Aumento dos dividendos mínimos a pagar em função do aumento dos lucros de nossas operações.

***Passivos Não Circulantes***

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$174,1 milhões em 31 de dezembro de 2014 e representava 18,4% do total do nosso passivo e patrimônio líquido, enquanto que em 31 de dezembro de 2013 totalizou um valor de R\$273,5 milhões e representava 31,5% do nosso passivo e patrimônio líquido. Essa diminuição ocorreu principalmente devido à:

- a) Liquidação do saldo de títulos a pagar no valor de R\$49,1 milhões referente principalmente a nossa obrigação relacionada a opção de venda que a RBS, nossa sócia e detentora de 50% do capital social da HSM, tinha em seu favor contra nós, por um valor de R\$40 milhões;
- b) Redução de R\$25,1 milhões no saldo de parcelamento de impostos e contribuições referente a liquidação do REFIS IV e do Parcelamento IES. A Anima e suas controladas MGE, IMEC, UNA e Unimonte, em novembro de 2014, optaram por quitar esses parcelamentos, nos termos do art. 33 da MP 651/2014, onde permitiu a quitação de 70% dos saldos parcelados junto à União com Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL acumulados e declarados até 31 de dezembro de 2013 próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, recolhendo 30% do saldo da dívida em espécie. Nossas controladas UNA e Unimonte utilizaram nossos créditos tributários e, já as controladas MGE e IMEC utilizaram somente nossos créditos tributários por não terem Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL.
- c) Redução no valor de R\$24,4 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos principalmente devido à amortização dos empréstimos junto às instituições financeiras ao longo do ano;



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	31/12/2014 AV (%)		31/12/2013 AV (%)	
PATRIMONIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)				
Capital Social	496,4	52,6%	496,4	57,3%
Reserva de capital	1,2	0,1%	1,9	0,2%
Reserva de lucros	168,2	17,8%	42,5	4,9%
Ágio em transação de capital	-69,6	-7,4%	-57,5	-6,6%
Ações em tesouraria	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Prejuízos acumulados	0,0	0,0%	0,0	0,0%
	596,3	63,2%	483,3	55,7%
Participação dos acionistas não controladores	0,0	0,0%	-6,2	-0,7%
Obrigações por compra de investimento	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Total do patrimônio líquido	596,3	63,2%	477,0	55,0%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO ( PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS	944,1	100,0%	867,0	100,0%

Nosso Patrimônio Líquido totalizou R\$596,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013, que totalizou R\$477,0 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$119,3 milhões. Os principais fatores que explicam essa variação são:

- a) Aumento de R\$125,7 milhões no saldo de reserva de lucros explicado principalmente pelo lucro líquido do exercício no valor de R\$164,9 milhões, deduzidos do valor de R\$39,2 milhões referente aos dividendos a serem distribuídos.
- b) Aumento de R\$12,1 milhões no ágio em transações de capital referente à aquisição pela BR Educação de ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores que exerceram o seu direito de opção de venda.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2013 comparado com 31 de dezembro de 2012**

	31/12/2013	AV (%)	31/12/2012	AV (%)	Var. 2013 / 2012
<b>ATIVOS</b>					
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	12,2	1,4%	5,5	2,1%	121,9%
Aplicações financeiras	476,5	55,0%	-		
Contas a receber	80,6	9,3%	45,9	17,5%	75,5%
Adiantamentos diversos	10,0	1,1%	6,5	2,5%	53,3%
Outros ativos circulantes	4,3	0,5%	1,6	0,6%	166,6%
Impostos e contribuições a recuperar	4,3	0,5%	-	0,0%	0,0%
Total dos ativos circulantes	587,8	67,8%	59,4	22,7%	889,5%
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	0,3	0,0%	1,9	0,7%	-83,1%
Adiantamentos diversos	0,2	0,0%	0	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	13,3	1,5%	10,8	4,1%	23,5%
Créditos com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,1	0,1%	-98,0%
Impostos e contribuições a recuperar	5,4	0,6%	4,7	1,8%	15,4%
Imóveis para venda	0,0	0,0%	11,7	4,5%	-100,0%
Outros ativos não circulantes	1,0	0,1%	0,9	0,3%	9,8%
Investimentos	0,0	0,0%	0,1	0,0%	-90,0%
Imobilizado	88,7	10,2%	111,7	42,7%	-20,6%
Intangível	170,2	19,6%	60,2	23,0%	182,7%
Total dos ativos não circulantes	279,2	32,2%	202,2	77,3%	38,1%
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>867,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>261,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>231,4%</b>

**Ativos Circulantes**

O valor do ativo circulante totalizou R\$587,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 e representava 67,8% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2012 apresentava um valor de R\$59,4 milhões e representava 22,7% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo circulante são explicadas abaixo:

- Aumento de R\$483,2 milhões do saldo em caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, que passou de R\$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$488,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, em razão de maior volume de captações de empréstimos e financiamentos de longo prazo no período, mas principalmente pela captação dos recursos através do IPO;
- Aumento de R\$34,7 milhões no saldo das contas a receber líquido que passou de um valor de R\$45,9 milhões em 31 de dezembro de 2012 para um valor de R\$80,6 milhões em 31 de dezembro de 2013. O aumento aconteceu principalmente na faixa de recebíveis a vencer devido ao atraso no repasse do FIES. No dia 24 de dezembro de 2013, o FNDE, através da circular eletrônica nº 29/2013, informou às entidades mantenedoras de instituições de ensino superior que por dificuldades operacionais, os créditos de recursos provenientes do FIES somente seriam liberados no dia 08 de janeiro de 2014. Desta forma, a nossa posição das contas a receber ao final de 2013 incluía um valor de R\$17,6 milhões devido a este atraso do repasse do FNDE. Desconsiderando o efeito acima, o aumento do saldo das contas a receber está alinhado com o aumento das nossas atividades operacionais.

**Ativos Não Circulantes**

O valor do ativo não circulante totalizou R\$279,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 e representava 32,2% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2012 totalizou um

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

valor de R\$202,2 milhões e representava 77,3% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

- a) Redução no saldo de Ativos Disponíveis Para Venda, como consequência da reorganização imobiliária conduzida por nós no primeiro semestre de 2013, que resultou na transferência da controlada RNE, por meio da entrega de suas ações aos nossos acionistas. Desta forma, os bens registrados na rubrica “imóveis para a venda” em 31 de dezembro de 2012, com valor de R\$11,7 milhões, foram baixados e não foram apresentados em 31 de dezembro de 2013.
- b) Redução do ativo imobilizado no valor de R\$23,0 milhões, passando de um saldo de R\$111,7 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$88,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, como consequência:
  - i. De uma redução de R\$45,2 milhões em decorrência de baixas de ativo imobilizado, influenciada principalmente pela reorganização imobiliária que resultou na transferência de nossa participação na RNE para nossos acionistas, bem como na cisão da controlada Una Gestão Patrimonial, com versão de seus imóveis à Santa Antonieta e subsequente transferência da referida empresa aos nossos acionistas;
  - ii. De um aumento de R\$22,9 milhões em decorrência de adições de ativo imobilizado, principalmente impactados pelos investimentos realizados ao longo do primeiro semestre de 2013 em edificações, obras, máquinas, equipamentos, computadores e periféricos, biblioteca, entre outros;
  - iii. De um aumento de R\$6,0 milhões em decorrência de combinação da aquisição de nossa participação de 50% na HSM;
  - iv. De um aumento de R\$2,8 milhões pela permuta entre alguns imóveis de propriedade da controlada Unimonte e imóveis da RNE; e
  - v. De uma redução de R\$9,5 milhões em função da depreciação do período.
- c) Aumento de ativo intangível no valor de R\$110,0 milhões, totalizando um saldo de R\$ 170,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, que pode ser explicado pelo valor de R\$ 66,9 milhões relacionados à consolidação da HSM em nossos resultados e pela variação de R\$ 43,1 milhões referentes principalmente ao ágio na aquisição da participação de 50% no capital da HSM.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Passivos**

	<u>31/12/2013</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>AV (%)</u>	<u>Var. 2013 / 2012</u>
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>					
Fornecedores	18,7	2,2%	8,6	3,3%	117,8%
Empréstimos e financiamentos	24,8	2,9%	12,2	4,7%	103,6%
Salários e encargos sociais	27,4	3,2%	19,0	7,3%	44,0%
Obrigações tributárias	5,3	0,6%	4,0	1,5%	33,7%
Adiantamentos de clientes	19,9	2,3%	10,0	3,8%	99,2%
Parcelamento de impostos e contribuições	1,6	0,2%	3,1	1,2%	-46,9%
Titulos a pagar	9,6	1,1%	12,4	4,7%	-22,5%
Outros passivos circulantes	<u>9,1</u>	<u>1,1%</u>	<u>1,3</u>	<u>0,5%</u>	<u>601,8%</u>
Total dos passivos circulantes	<u>116,6</u>	<u>13,4%</u>	<u>70,6</u>	<u>27,0%</u>	<u>65,1%</u>
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos e financiamentos	124,9	14,4%	47,4	18,1%	163,5%
Titulos a pagar	49,1	5,7%	14,9	5,7%	229,2%
Adiantamentos de clientes	0,1	0,0%	-	0,0%	0,0%
Débitos com partes relacionadas	1,8	0,2%	2,8	1,1%	-36,2%
Parcelamento de impostos e contribuições	28,2	3,3%	38,7	14,8%	-27,1%
Imposto de renda e contribuição social diferido	15,5	1,8%	18,2	7,0%	-14,7%
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e	53,7	6,2%	50,3	19,2%	6,7%
Outros passivos não circulantes	<u>0,3</u>	<u>0,0%</u>	<u>0,5</u>	<u>0,2%</u>	<u>-46,6%</u>
Total dos passivos não circulantes	<u>273,5</u>	<u>31,5%</u>	<u>172,7</u>	<u>66,0%</u>	<u>58,3%</u>
TOTAL DOS PASSIVOS	<u>390,0</u>	<u>45,0%</u>	<u>243,3</u>	<u>93,0%</u>	<u>60,3%</u>

**Passivos Circulantes**

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$116,6 milhões em 31 de dezembro de 2013 e representava 13,4% do total do nosso passivo e patrimônio líquido, enquanto que em 31 de dezembro de 2012 totalizou um valor de R\$70,6 milhões, representando 27,0% do nosso passivo e patrimônio líquido. Esse aumento do passivo circulante ocorreu principalmente devido à:

- Aumento do saldo da conta de adiantamentos de clientes no valor de R\$ 9,9 milhões, principalmente relacionados à antecipação de faturamento da HSM em 2013;
- Aumento de R\$12,6 milhões no saldo de empréstimos e financiamentos devido ao aumento de captação de recursos no curto prazo com instituições financeiras;
- As contas de capital de giro operacional, que incluem fornecedores, salários e encargos, obrigações tributárias e outros passivos, apresentaram aumento de cerca de R\$27,6 milhões, dos quais R\$5,7 milhões podem ser explicados pela consolidação dos valores registrados pela HSM em 31 de dezembro de 2013, sem valores equivalentes em 31 de dezembro de 2012. Excluindo este efeito, os aumentos destes itens do passivo operacional estão alinhados com o aumento da atividade operacional do grupo.

**Passivos Não Circulantes**

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$273,5 milhões em 31 de dezembro de 2013 e representava 31,5% do total do nosso passivo e patrimônio líquido, enquanto que em

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

31 de dezembro de 2012 totalizou um valor de R\$172,7 milhões e representava 66,0% do nosso passivo e patrimônio líquido. Esse aumento ocorreu principalmente devido à:

- Aumento do valor de nossos empréstimos e financiamentos em R\$ 77,5 milhões, dos quais R\$8,4 milhões correspondem à consolidação dos valores registrados a este título na HSM em 31 de dezembro de 2013, sem valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012, e R\$69,1 milhões são referentes ao aumento na captação de recursos por contratos de capital de giro para financiamento de nosso plano de investimentos;
- Aumento no saldo de títulos a pagar no valor de R\$ 34,2 milhões, totalizando um saldo de R\$49,1 milhões em 31 de dezembro de 2013, que pode ser explicado principalmente pelo saldo a vencer no curto prazo, pelas aquisições tanto da participação de 50% na HSM quanto das ações de emissão da Minas Gerais Educação S/A, Instituto de Educação e Cultura Unimonte S/A, VC Network S/A e da RNE Gestão Patrimonial S.A que pertenciam a acionistas minoritários. Neste grupo refletimos, ainda, nossa obrigação relacionada a uma opção de venda que a RBS, nossa sócia e detentora de 50% do capital social da HSM, tem em seu favor contra nós, por um valor de R\$40 milhões;
- Aumento do saldo da conta de provisão para riscos trabalhistas em R\$3,9 milhões, riscos tributários em R\$1,7 milhão e redução dos riscos cíveis em R\$2,2 milhões, totalizando o valor de R\$3,4 milhões de aumento e um saldo de R\$53,7 milhões em 31 de dezembro de 2013;
- Redução de débitos com partes relacionadas no valor de R\$1,0 milhão, relativos à quitação de passivos até então em aberto com nossos acionistas e diretores; e
- Redução de R\$10,5 milhões no saldo de parcelamento de impostos e contribuições refletindo o cronograma de amortização dos parcelamentos fiscais, além do fato de que em dezembro de 2013, aproveitamos o incentivo do Governo para fazer o pré-pagamento de R\$6,8 milhões de parcelamentos fiscais da UNA, gerando um ganho financeiro de R\$1,0 milhão contabilizado em receitas financeiras.

### Patrimônio Líquido

	<u>31/12/2013</u> AV (%)		<u>31/12/2012</u> AV (%)	
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>				
Capital Social	496,4	57,3%	89,8	34,3%
Reserva de capital	1,9	0,2%	0	0,0%
Reserva de lucros	42,5	4,9%	0	0,0%
Ágio em transação de capital	-57,5	-6,6%	-60,3	-23,1%
Ações em tesouraria	0,0	0,0%	-3,8	-1,5%
Prejuizos acumulados	<u>0</u>	<u>0,0%</u>	<u>-7,3</u>	<u>-2,8%</u>
	<u>483,3</u>	<u>55,7%</u>	<u>18,4</u>	<u>7,0%</u>
Participação dos acionistas não controladores	-6,2	-0,7%	0	0,0%
Obrigações por compra de investimento	<u>0,0</u>	<u>0,0%</u>	<u>0</u>	<u>0,0%</u>
Total do patrimônio líquido	<u>477,0</u>	<u>55,0%</u>	<u>18,4</u>	<u>7,0%</u>
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO ( PASSIVO A DESCOBERTO E PASSIVOS</b>	<b>867,0</b>	<b>100,0%</b>	<b>261,6</b>	<b>100,0%</b>

Nosso patrimônio líquido totalizou R\$477,0 milhões em 31 de dezembro de 2013, comparado a R\$18,4 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de R\$458,6 milhões. Os principais fatores que explicam a variação do patrimônio líquido são:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

- a) Em 23 de março de 2013, em Assembleia Geral Extraordinária, nossos acionistas aprovaram o aumento de nosso capital em R\$28,1 milhões, o qual foi integralizado por nossa acionista BR Educacional FIP, mediante conferência das ações da BR Educação Executiva S.A., detentora de 50% das empresas HSM.
- b) Em 28 de maio de 2013, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de nosso capital, com efeito líquido em nosso patrimônio líquido de R\$47,5 milhões, liquidado através da entrega de ações da RNE e de créditos que tínhamos frente a controlada MGE, pós compensados adiantamentos realizados em 2012 no montante de R\$ 13,2 milhões, desta forma a redução líquida no capital foi de R\$ 34,3 milhões.
- c) Em 31 de maio de 2013, adquirimos 1.015 ações de nossa emissão e de titularidade de um acionista. Assim, as ações em tesouraria passaram de R\$3,8 milhões para R\$5,1 milhões, representando uma redução do nosso patrimônio líquido de R\$1,3 milhão.
- d) Em 23 de agosto de 2013, alienamos todas as ações mantidas em tesouraria. O efeito desta alienação foi um aumento de R\$6,6 milhões referente ao valor de mercado consideradas ao preço da oferta inicial de ações.
- e) Mediante projeto denominado Dádiva, os acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, doaram e/ou venderam a preços históricos 1.579.322 ações de seu patrimônio particular diretamente aos 2.203 colaboradores e professores. O efeito prático desta movimentação foi um aumento na conta de reserva de capital no valor de R\$ 29,2 milhões.
- f) Em 28 de outubro iniciamos participação no mercado de ações, pela BM&FBOVESPA. Para o aumento de capital foram gastos até 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 28,1 milhões como custo de captação na emissão de títulos patrimoniais.
- g) Em 24 de outubro de 2013, nosso Conselho de Administração, aprovou aumento de capital no montante de R\$390,2 milhões mediante a emissão de 21.090.909 ações.
- h) Em 26 de novembro de 2013, em Ata da Reunião do conselho de Administração, foi aprovado o aumento de capital em R\$35,8 milhões.
- i) Resultado positivo de R\$34,0 milhões oriundo de nossas atividades operacionais no período encerrado em 31 de dezembro de 2013, já descontada a participação dos não controladores.
- j) Aumento de R\$7,4 milhões referente à diferença entre o valor de alienação menos o valor histórico de imóvel objeto da nossa reestruturação imobiliária, no primeiro semestre de 2013, que não transitou por resultado por tratar-se de transação entre acionistas.
- k) Redução de R\$9,1 milhões, a título de dividendos mínimos obrigatórios.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.**

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>Var. 14 / 13 (\$)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>159,1</b>	<b>34,0</b>	<b>125,1</b>
Depreciação & amortização	21,2	12,5	8,6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18,7	13,8	5,0
Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	11,6	12,9	-1,3
Despesas com juros e atualização monetária	20,5	17,3	3,1
Outros ajustes ao resultado líquido	-19,1	35,0	-54,1
<b>Geração de Caixa Operacional Bruta</b>	<b>212,0</b>	<b>125,5</b>	<b>86,5</b>
Δ Contas a receber	-60,0	-42,7	-17,3
Δ Outras contas de capital de giro operacional	-12,5	8,4	-21,0
Δ Depósitos judiciais	-7,3	-2,6	-4,8
Δ Outros ativos/passivos	-6,5	-1,2	-5,2
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>-86,3</b>	<b>-38,0</b>	<b>-48,3</b>
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-11,8	-9,4	-2,4
Juros pagos	-14,5	-12,1	-2,4
Imposto de renda e contribuição social pagos	-1,5	0,0	-1,5
<b>Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL</b>	<b>-27,8</b>	<b>-21,5</b>	<b>-6,3</b>
			0,0
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>97,9</b>	<b>66,0</b>	<b>31,9</b>
			0,0
Mútuos com partes relacionadas	-1,8	-0,2	-1,5
Aumento de capital em controladas	-314,1	-7,8	-306,3
Aquisição / Rendimento de aplicações financeiras	356,5	-477,7	834,2
Aquisição de investimento	0,0	0,0	0,0
Investimento de imobilizado	-41,6	-29,9	-11,8
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>-1,1</b>	<b>-515,6</b>	<b>514,5</b>
Mútuos com partes relacionadas	0,0	2,8	-2,8
Empréstimos e financiamentos	-33,7	69,8	-103,5
Aquisição de participação de não controladores em controladas	-39,2	0,0	-39,2
Aquisição de investimento	0,0	0,0	0,0
Aumento de capital	0,0	426,0	-426,0
Custo captação na emissão de títulos	-0,6	-28,1	27,5
Ações em tesouraria	-0,2	-1,3	1,1
Dividendos Pagos	-9,1	-0,7	-8,4
Pagamento de parcelamento de impostos e contribuições	-10,3	-12,2	1,9
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>-93,1</b>	<b>456,4</b>	<b>-549,5</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>3,7</b>	<b>6,7</b>	<b>-3,1</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	12,2	5,5	6,7
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício</b>	<b>15,9</b>	<b>12,2</b>	<b>3,7</b>

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi positiva em R\$3,7 milhões. Começamos o ano de 2014 com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$12,2 milhões, em 31 de dezembro de 2013 tínhamos um saldo de R\$15,9 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2013 somavam R\$120,0 milhões, totalizava R\$135,9 milhões em

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

disponibilidades. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

- a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$31,9 milhões, passando de um valor de R\$66,0 milhões gerados no período de 2013 para um valor gerado de R\$97,0 milhões relativos ao mesmo período de 2014. A variação se deve principalmente as melhorias alcançadas em nossas métricas operacionais, uma vez que conseguimos conciliar o crescimento de nossas receitas com a expansão de nossas margens, se traduzindo num resultado líquido de R\$159,1 milhões. Com isto, nossa geração de caixa operacional bruta, antes de capital de giro foi R\$86,5 milhões maior em 2014 comparados ao mesmo período de 2013, passando de R\$125,5 milhões para R\$212,0 milhões, principalmente devido aos nossos melhores resultados. Nossos ativos e passivos operacionais variaram de um valor negativo de R\$38,0 milhões em 2013 para um valor negativo de R\$86,3 milhões no mesmo período de 2014, principalmente pelo aumento do saldo de contas a receber. O aumento aconteceu principalmente na faixa de recebíveis a vencer onde está concentrado o saldo de contas a receber de FIES.
- b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: nossas atividades de investimento consumiram R\$1,1 milhões e reduziram R\$ 514,5 milhões em relação a 2013. Esta variação pode ser explicada principalmente pelo pagamento da aquisição da Universidade São Judas Tadeu, além de um aumento no investimento em imobilizado.
- c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: As atividades de financiamento consumiram R\$93,1 milhões em 2014 principalmente pela amortização dos nossos empréstimos bancários, o pagamento pela aquisição dos 50% restantes da HSM no valor de R\$39,2 milhões e o pagamento antecipado de parcelamentos tributários. Fizemos ainda o pagamento de R\$9,1 milhões referente aos dividendos mínimos aprovados em AGO.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.**

	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>Var. 13 / 12 (\$)</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>34,0</b>	<b>23,5</b>	<b>10,5</b>
Depreciação & amortização	12,5	9,2	3,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13,8	17,1	-3,3
Constituição e atualização de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	12,9	17,5	-4,7
Despesas com juros e atualização monetária	17,3	14,0	3,3
Outros ajustes ao resultado líquido	35,0	4,0	31,0
<b>Geração de Caixa Operacional Bruta</b>	<b>125,5</b>	<b>85,3</b>	<b>40,2</b>
Δ Contas a receber	-42,7	-20,0	-22,6
Δ Outras contas de capital de giro operacional	7,7	-2,0	9,7
Δ Depósitos judiciais	-2,6	-2,5	0,0
Δ Outros ativos/passivos	-1,2	-0,9	-0,3
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>-38,8</b>	<b>-25,5</b>	<b>-13,3</b>
Pagamento de provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	-9,4	-2,5	-6,9
Juros pagos	-12,1	-10,3	-1,8
Imposto de renda e contribuição social pagos	0,7	-0,1	0,8
<b>Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL</b>	<b>-20,7</b>	<b>-12,8</b>	<b>-7,9</b>
			0,0
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>66,0</b>	<b>47,0</b>	<b>19,0</b>
			0,0
Mútuos com partes relacionadas	-0,2	-14,9	14,6
Aumento de capital em controladas	-7,8	0,0	-7,8
Aquisição / Rendimento de aplicações financeiras	-477,7		-477,7
Aquisição de investimento	0,0	-1,6	1,6
Investimento de imobilizado	-29,9	-17,9	-12,0
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>-515,6</b>	<b>-34,4</b>	<b>-481,2</b>
Mútuos com partes relacionadas	2,8	1,5	1,3
Empréstimos e financiamentos	69,8	-72,2	142,0
Aquisição de participação de não controladores em controladas	0,0	-39,7	39,7
Aquisição de investimento			0,0
Aumento de capital	426,0	106,3	319,7
Custo captação na emissão de títulos	-28,1	0,0	-28,1
Ações em tesouraria	-1,3	-3,8	2,5
Dividendos Pagos	-0,7	0,0	-0,7
Pagamento de parcelamento de impostos e contribuições	-12,2	0,0	-12,2
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>456,4</b>	<b>-8,0</b>	<b>464,3</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>6,7</b>	<b>4,7</b>	<b>2,1</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5,5	0,8	4,7
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício</b>	<b>12,2</b>	<b>5,5</b>	<b>6,7</b>

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi positiva em R\$6,7 milhões. Começamos o ano de 2013 com um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$5,5 milhões, enquanto que em 31 de dezembro de 2013 tínhamos um saldo de R\$12,2 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2013 somavam R\$476,5 milhões, totalizava R\$488,7 milhões em

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

disponibilidades. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

- a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$19,0 milhões, passando de um valor de R\$47,0 milhões gerados no período de 2012 para um valor gerado de R\$66,0 milhões relativos ao mesmo período de 2013. A variação se deve principalmente as melhorias alcançadas em nossas métricas operacionais, uma vez que conseguimos conciliar o crescimento de nossas receitas com a expansão de nossas margens, se traduzindo num resultado líquido de R\$34,0 milhões. Com isto, nossa geração de caixa operacional bruta, antes de capital de giro foi R\$40,2 milhões maior em 2013 comparados ao mesmo período de 2012, passando de R\$85,3 milhões para R\$125,5 milhões, principalmente devido aos nossos melhores resultados e a ajustes ao resultado líquido nos valores de R\$29,2 milhões e R\$6,6 milhões relacionados às ações concedidas por sócios aos funcionários pelo programa Dádiva e pela alienação de ações em tesouraria respectivamente. Nossos ativos e passivos operacionais variaram de um valor negativo de R\$25,5 milhões em 2012 para um valor negativo de R\$38,8 milhões no mesmo período de 2013, principalmente pelo aumento das contas a receber. O aumento aconteceu principalmente na faixa de recebíveis a vencer devido ao atraso no repasse do FIES. No dia 24 de dezembro de 2013, o FNDE, através da circular eletrônica nº 29/2013, informou às entidades mantenedoras de instituições de ensino superior que por dificuldades operacionais, os créditos de recursos provenientes do FIES somente seriam liberados no dia 08 de janeiro de 2014. Desta forma, a nossa posição das contas a receber ao final de 2013 incluía um valor de R\$17,6 milhões devido a este atraso do repasse do FNDE.
- b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: nossas atividades de investimento somaram R\$515,6 milhões e aumentaram R\$481,2 milhões em relação a 2012. Este aumento pode ser explicado principalmente pelos recursos direcionados para aplicações financeiras que somaram R\$477,7 milhões, por um aumento de capital de R\$7,8 milhões em controladas, refletindo pagamento de parcelas referente à compra da HSM e ainda um aumento de R\$12,0 milhões referentes a compras de imobilizado e intangível. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de R\$ 14,6 milhões nos empréstimos com partes relacionadas e um investimento de R\$ 1,6 milhões em 2012 que não ocorreu em 2013;
- c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: O fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento aumentou R\$464,3 milhões, passando de um valor gerado negativo de R\$8,0 milhões em 2012 para um valor gerado de R\$456,4 milhões em 2013, devido principalmente pela captação dos recursos do IPO no valor líquido de R\$398,0 milhões e ao aumento líquido de R\$69,8 milhões de empréstimos e financiamentos em 2013, em relação a redução de R\$ 72,2 milhões no mesmo período de 2012 quando amortizamos parte dos nossos contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - Resultado operacional e financeiro

#### a. Resultado das nossas operações:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pelas receitas provenientes de publicação e pela venda de livros, DVDs e revistas, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A aquisição da Universidade São Judas Tadeu que foi aprovada pelo CADE e concluída ao final de junho de 2014 foi o único fator que afetou materialmente nossos resultados operacionais em 2014, visto que passamos a consolidar o seu resultado a partir de 01 de julho de 2014.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

#### b. **Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 50,3% em 2014 em relação ao mesmo período de 2013. Este crescimento deveu-se, principalmente, à consolidação dos resultados da São Judas a partir do terceiro trimestre de 2014 que contribuiu com 22,4% de crescimento em relação a 2013. Além disso, apresentamos uma expansão orgânica da base média de alunos em 12,2% pelo aumento da captação de novos alunos além de um trabalho eficiente de retenção dos alunos atuais. O aumento do valor das mensalidades no mesmo período de 7,5%, correspondente ao repasse da variação da inflação e uma melhor composição de mix de cursos oferecidos (+2,7%) também contribuíram para o aumento da nossa receita líquida. Finalmente, obtivemos uma receita líquida de R\$14,8 milhões em 2014 advindas do Pronatec, o que representou um crescimento de 3,2% em relação a 2013, visto que em 2013 o programa ainda não existia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciem significativamente nossos resultados.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

#### ***Inflação***

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados e neutralizando os efeitos da inflação.

#### ***Variação de preços dos principais insumos e produtos***

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 que pudessem impactar materialmente nossos resultados, bem como nossos alugueis e custos de ocupação e manutenção de infraestrutura que também são corrigidos anualmente pela inflação e não sofreram alterações significativas que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

#### ***Câmbio***

Não auferimos receitas ou possuímos endividamento atrelado a moedas estrangeiras. Assim, as oscilações do câmbio não interferem nem provocam qualquer impacto material em nossos resultados financeiros ou operacionais. Excepcionalmente na HSM temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira.

#### ***Taxa de Juros***

A totalidade do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$129,0 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos expressivos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, as variações nas taxas de juros não impactaram materialmente nossos resultados operacionais e financeiros, tendo sido frequentemente compensadas com o aumento do CDI que remunera nossos ativos financeiros.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

*Financiamento a Estudantes*

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. O FIES é relevante e estratégico para o nosso negócio e para o nosso posicionamento. Eventuais restrições ou a extinção do FIES poderiam causar impacto adverso no nosso resultado, principalmente no nosso crescimento futuro. Apesar de acreditar que os investimentos no FIES tendem a crescer e não a diminuir ao longo dos próximos anos, investimos em outras alternativas de financiamento estudantil privado, para não haver dependência do financiamento do governo. Para maiores informações sobre o FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A partir de 01 de abril de 2013, com a aquisição da HSM, passamos a segmentar nossos negócios em:

- Ensino Superior – atividade atrelada às empresas MGE-UNA, IMEC, Unimonte e Universidade São Judas (esta última a partir de 01 de julho de 2014), que atuam na prestação de serviços educacionais ofertando cursos de ensino superior e aperfeiçoamento profissional incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e extensão.
- Vertical de Gestão – Atividade desenvolvida pelas controladas HSM do Brasil e HSM Educação focadas no desenvolvimento de líderes empresariais e de empresas através de congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos *in-company* e publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios.

Nós assumimos a gestão da HSM em abril de 2013. Nossa avaliação inicial indicou que a estrutura de gestão da empresa era inadequada, tendo em vista o seu tamanho. Além disso, a empresa não teve êxito em sua tentativa de introduzir novos produtos educacionais.

Por isso, concentramos nossos esforços na estrutura de custos e na consolidação de unidades de negócios e na introdução de novos serviços e produtos. Em primeiro lugar, no que diz respeito à estrutura dos custos, exploramos sinergias com a nossa área corporativa e aproveitamos os nossos serviços corporativos compartilhados. Também renegociamos todos os contratos relevantes nos quais éramos parte e reduzimos o espaço físico ocupado por nossa Companhia. Todas essas mudanças estão alinhadas a um processo orçamentário mais eficiente.

Além disso, estamos focando a consolidação de nossas unidades de negócios e o desenvolvimento de novos produtos da HSM. Durante os últimos meses, temos especificamente focado na comercialização de pacotes de patrocínio e nas inscrições para os nossos eventos, além de revermos nossa estratégia de marketing e reestruturarmos a nossa área de programação personalizada. Adicionalmente, criamos um novo portfólio de cursos (Cursos Executivos) e iniciamos o desenvolvimento da plataforma digital da HSM, o que permitiu a distribuição de conteúdos digitais a partir de 2014.

Como resultado das iniciativas descritas acima, esperamos obter um forte crescimento de receita nos próximos anos e, conseqüentemente, melhorar os nossos resultados.

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2012 houve a emissão de novas ações e capitalização de nossa Companhia por parte do BR Educacional FIP no valor de R\$106,3 milhões por 28,54% do capital. Houve nesse mesmo ano a aquisição de participação de acionistas minoritários nas controladas MGE e Unimonte pelo valor de R\$53 milhões pela totalidade das ações que esses acionistas detinham. Em 2013 houve a aquisição de 50% da HSM e a aquisição do direito de manutenção de uma faculdade em Betim, que passou a ser denominada Faculdade Una de Betim. Em 2014, houve a aquisição do restante da participação societária da HSM além da aquisição da Universidade São Judas Tadeu. Ainda em 2014 tivemos a celebração de acordo de acionista integrando a PENÍNSULA FIP ao bloco de controle da Companhia.

Em 23 de março de 2013 adquirimos, por meio de nossa controlada BR Educação Executiva S.A., uma participação de 50,0% do capital social da HSM do Brasil S.A. e de 50,0% do capital

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

social da HSM Educação S.A., as quais possuem 100,0% de participação no capital social da HSM Editora S.A. e da HSM Marcas Ltda. A HSM tem atuação focada na área de negócios e gestão. Nossos Diretores acreditam que a HSM possui potencial de tornar-se uma marca referência nesse setor de atividade, com alcance nacional. Acreditamos que esse potencial não só eleva a percepção de qualidade de nosso portfólio e de nossas marcas individualmente, como também nos permite ganhar escala por meio da exploração de sinergias entre nossos produtos, inclusive com a marca HSM em nossa rede. Nossos Diretores acreditam que a HSM apresenta condições (marca, *know-how*, conteúdo e produtos) para potencializar nossos negócios e portfólio de produtos, ao oferecê-los localmente em nossos centros universitários (como programas de pós-graduação e cursos livres oferecidos pela nossa rede). Além disso, nossos centros universitários poderão incluir novos elementos de diferenciação em seus cursos, contar com o *know-how* da HSM na área de gestão no desenvolvimento e atualização de seus projetos pedagógicos e agregar a seus cursos de graduação ou pós-graduação conteúdos educacionais diferenciados (como transmissão de grandes eventos, acesso a conteúdos proprietários, *workshops* e desenvolvimento de *soft skills*).

Reforçando este posicionamento, em 17 de dezembro de 2014 foi assinado Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Acionária, Distrato do Acordo de Investimento e do Acordo de Acionistas, Transação e Outras Avenças ("Contrato") através do qual a BR Educação Executiva S.A. ("BREE"), subsidiária integral da Anima Educação, adquiriu a totalidade das ações das HSM, com o que as HSM tornaram-se subsidiárias integrais da BREE. Terminada a fase de reestruturação, a equipe da HSM continuará totalmente focada na ampliação de negócios, consolidando-se como uma plataforma de soluções integradas para educação executiva em todo o Brasil. O comprometimento da HSM com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos líderes brasileiros reforça e se constitui em um dos pilares de sustentação da missão da Anima Educação de Transformar o País pela Educação.

Em 01 de julho de 2014 adquirimos 100% dos direitos da Universidade São Judas Tadeu com dois campi localizados em São Paulo. A USJT é uma instituição de grande tradição, reconhecida por seu forte rigor acadêmico, alta qualidade de seus cursos e um corpo docente e técnico administrativo altamente capacitados. No período da aquisição a Instituição contava com aproximadamente 25,8 mil alunos matriculados em 35 cursos, oferecidos em dois Campi: Mooca e Butantã. A solidez acadêmica da USJT pode ser comprovada em diversos indicadores, entre eles: IGC de 279 em 2012, 48% dos cursos com CPC 4 ou 5, 90% do corpo docente composto por mestres e doutores, aprovação no Exame da OAB 51% maior que a média Brasil, além de mais de 88% de satisfação por parte de seus alunos. Do ponto de vista operacional a Instituição apresenta resultados consistentes, com taxas de crescimento expressivas em sua base de alunos (7% a.a. da base e 11% de ingressantes entre 2011 e 2013), em sua receita líquida (12,9% a.a. entre 2011 e 2013), que em 2013 atingiu R\$ 182,8 milhões, além de um sólido resultado operacional, tendo atingindo em 2013 um EBITDA ajustado de R\$ 32,2 milhões.

Para maiores informações, vide itens 6.5 e 10.11 deste Formulário de Referência.

### c. Eventos ou operações não usuais.

No primeiro semestre de 2013, implementamos uma reestruturação imobiliária por meio da qual determinados imóveis de propriedade de nossas controladas foram transferidos a nossos acionistas. Para maiores informações sobre nossa reestruturação imobiliária, vide item 6.7 deste Formulário de Referência.

Além da reestruturação imobiliária, tivemos alguns eventos não usuais referentes aos gastos com reestruturação de nossas controladas de natureza não recorrente.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs***(em R\$ milhões)*

		<b>Exercício encerrado em 31 de</b>		
		<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
- Reestruturação UniBH	(a)	-	-	2,8
- Reestruturação Campus Unimonte	(b)	-	1,0	1,0
- Reestruturação HSM	(c)	-	3,0	-
- Alienação e perda de investimento	(d)	-	-	1,7
- Programa Dádiva e Perda na venda de ações em tesouraria	(e)	-	-	-
- Pré pagamento de parcelamento fiscal	(f)	-	35,8	-
-Despesas de Integração da Universidade São Judas Tadeu	(g)	-5,7	-	-
-Resultado líquido de venda de ativos não operacionais (HSM Educação)	(h)	-6,8	-	-
-Ganho na compra participação societária (HSM)	(i)	5,4	-	-
-Redução de juros e multa em parcelamento tributário	(j)	0,8	-1,0	-
-Uso créditos tributários para liquidação antecipada parc. tributário	(j)	22,8	-	-
<b>TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES</b>		<b>16,5</b>	<b>38,8</b>	<b>2,8</b>

(a) Despesas referentes a demissões e resilições parciais de professores do UniBH para os anos de 2010, 2011 e 2012. A reestruturação acadêmica do UniBH foi um dos principais elementos do plano executado a partir da entrada da Anima em 2009, com a introdução dos nossos currículos e do nosso modelo acadêmico. Para evitar ruptura junto aos alunos veteranos, decidimos inserir o novo modelo somente para os ingressantes que se matricularam a partir do segundo semestre de 2009. Em consequência disto, a cada semestre conseguimos melhorar nosso custo docente através da redução de carga horária das turmas de menor eficiência. Importante destacar que, de acordo com convenção coletiva de trabalho celebrada junto ao SINPRO-MG, a redução de carga horária docente sem recomposição em até um ano gera uma obrigação para nossa instituição de indenizar os professores impactados através da resilição parcial, ou seja, o professor recebe proporcionalmente à carga horária reduzida todas as verbas trabalhistas que receberia caso fosse demitido sem justa causa. Desta forma, incorremos nos custos demonstrados acima nos anos de 2010, 2011 e 2012, em despesas extraordinárias e não recorrentes referentes a estas reduções de carga-horária e não recompostas no horizonte de um ano, fruto do processo de reestruturação.

(b) Em 2012 - Gastos de natureza extraordinária e não recorrente relacionados ao processo de reestruturação da Unimonte, iniciado em 2009 e concluído em 2012, com a centralização de todos os alunos em um único campus. Em abril de 2012 rescindimos o último contrato de aluguel dentro do escopo desta reestruturação incorrendo em gastos de aproximadamente R\$1,0 milhão. O imóvel foi entregue ao proprietário em abril de 2012.

Em 2013 - ajustamos de forma positiva a conta de aluguel da Unimonte, referente a um acordo feito pela Unimonte e o locador de um dos antigos campi na região da Baixada Santista. Quando desocupamos o campus durante o processo de reestruturação da unidade em 2012 foi iniciada uma disputa judicial discutindo os valores de rescisão do contrato de aluguel. O trâmite judicial já vinha acontecendo desde aquele ano e finalmente no dia 27 de dezembro de 2013 as partes chegaram a um acordo para pôr fim aos litígios. A Unimonte pagará o montante de R\$2,3 milhões à outra parte, resultando em um impacto líquido de R\$1,0 milhão no resultado, visto que R\$1,3 milhão já haviam sido provisionados ao longo desse período.

(c) Gastos com reestruturação e integração no valor de R\$3,0 milhões incorridos em 2013, em nossa controlada HSM referentes a demissão de pessoal e rescisão de contratos executados imediatamente após a aquisição e integração da HSM ao nosso modelo de gestão.

(d) Baixa de R\$1,7 milhão referente a perda de investimento na empresa Interasat Educação S/A no valor de R\$1,6 milhão e baixa de mútuos no valor de R\$0,1 milhão. Estes ajustes foram refletidos no resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012



**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais” e na rubrica “Prejuízos acumulados”.

- (e) Apresentamos em nossas demonstrações itens de natureza contábil, não recorrentes e sem efeito em caixa no valor de R\$35,8 milhões, sendo R\$29,2 milhões referentes ao Projeto Dádiva, de iniciativa de dois Acionistas da Companhia, que transferiram ações particulares para cerca de 2,2 mil colaboradores e professores, que, assim se converteram em acionistas da Anima, havendo, ainda, outros R\$6,6 milhões referentes à venda com deságio de ações em tesouraria.

Em 24 de setembro de 2013 os Acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, em um ato de gratidão pessoal, doaram e/ou venderam a preços históricos 1.579.322 ações de seu patrimônio particular diretamente a 2,2 mil colaboradores e professores, para que os mesmos pudessem se tornar acionistas da Companhia. Tais transferências se deram por ato de exclusiva liberalidade dos acionistas Daniel Faccini Castanho e Marcelo Battistella Bueno, que celebraram tais negócios jurídicos diretamente com os adquirentes ou donatários, não se tratando, portanto, de programa de benefícios ou ato da Companhia. Na contabilidade fiscal da Companhia elaborada pelo regime RTT (regime tributário de transição), para fins de cumprimento da legislação tributária brasileira, tal natureza jurídica foi observada.

No entanto, para fins de contabilização por critérios contábeis internacionais, conforme previsto no §5º do art. 177 da Lei de S.A. (CPC e IFRS), o valor de mercado de tais ações doadas e/ou alienadas pelos referidos acionistas foi considerado como reserva de capital e a entrega das ações foi considerada como parte integrante das despesas da Companhia. O efeito prático desta movimentação contábil foi um aumento na conta de reserva de capital de R\$29,2 milhões, que, ato contínuo, foi reduzida por um lançamento de despesa operacional, não recorrente e sem efeito caixa, no mesmo valor. Com isto, o ajuste gerou um efeito contábil de despesa operacional, sem, no entanto, impactar nem o caixa, nem o patrimônio líquido da companhia.

O outro evento societário capturado neste grupo de itens não recorrentes inclui o ajuste negativo entre o valor de aquisição e o valor de venda de 10.560 ações que se encontravam em tesouraria e que após o desdobramento de ações representam 359.040 ações, foram transferidas para Sr. Ryon Cássio Braga, pessoa que, por sua reputação e conhecimento, constitui um sócio estratégico para a Companhia.

Consideramos a vinda do Sr. Ryon Braga uma grande vantagem competitiva para a Anima, dado seu profundo conhecimento sobre o setor de educação, onde vinha atuando como consultor por mais de 15 anos sendo, ainda, sócio estratégico para implantação de nosso plano de crescimento via aquisições.

A transferência de tais ações teve natureza societária, não se confundindo com qualquer política de benefícios da Companhia para colaboradores ou prestadores de serviços.

Na contabilidade fiscal da Companhia elaborada pelo regime RTT (regime tributário de transição), para fins de cumprimento da legislação tributária brasileira, tal natureza jurídica foi observada.

No entanto, para fins de ajustar a contabilidade aos critérios contábeis internacionais, conforme previsto no §5º do art. 177 da Lei de S.A. (CPC e IFRS), o valor de mercado de tais ações foi considerado como parte integrante das despesas da Companhia. Tal ajuste não altera o patrimônio líquido, nem o caixa da Companhia, e também não houve emissão de novas ações ou qualquer diluição societária.

- (f) Receita financeira não recorrente relacionada ao pré-pagamento parcial de nosso parcelamento tributário na UNA. Em 2013 o governo criou alguns incentivos e descontos para pagamento à vista de débitos tributários. Aproveitamos esta oportunidade para pré-pagar cerca de R\$6,8 milhões em Dezembro de 2013, gerando um benefício de R\$1,0 milhão (que foi contabilizado na conta de receitas financeiras).

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

- (g) R\$5,7 milhões estão relacionados às despesas do processo de aquisição e integração da Universidade São Judas Tadeu (USJT) como comissão para assessoria financeira e contratação de serviços de terceiros.
- (h) Perda de R\$6,8 milhões referentes à alienação do direito de manutenção de uma faculdade de administração e baixa de ativos permanentes da HSM Educação que se tornaram obsoletos depois da reestruturação e revisão do portfólio, que focou as atividades da empresa nos cursos *In Company*.
- (i) Em dezembro de 2014 a RBS, sócia detentora de 50% das ações HSM Brasil e HSM Educação, exerceu seu direito da opção de venda das referidas participações, com isso a BR Educação adquiriu 100% das ações da HSM Brasil e HSM Educação, pelo valor de R\$39,3 milhões, gerando um ganho de R\$5,4 milhões, pois o valor contabilizado e corrigido pelo IGPM era de R\$44,7 milhões.
- (j) Em julho de 2014 o Governo Federal publicou uma medida provisória que possibilitou a quitação antecipada de parcelamentos tributários utilizando créditos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou da base de cálculo negativa da CSLL para quitar 70% da dívida, pagando os 30% restantes em dinheiro. Através desse benefício a Anima quitou o saldo de parcelamentos existentes, principalmente da Una e Unimonte, gerando um ganho de R\$ 22,8 milhões. Importante ressaltar que por conservadorismo estes créditos fiscais não estavam registrados no nosso ativo. Adicionalmente, aproveitamos a oportunidade para incluir no parcelamento e quitar antecipadamente alguns tributos que não estavam autuados, mas estavam registrados como contingências, e por isto também impactaram o EBITDA, e, ao incluí-los, obtivemos ganho contábil adicional R\$0,8 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

#### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Ressaltamos que na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e na preparação do balanço patrimonial, aplicamos as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito no item 10.4 (b) abaixo.

#### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Optamos por reapresentar nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012. Aproveitamos esta reapresentação para realizar alguns ajustes e reclassificações que em nossa opinião melhor representam a nossa situação econômico-financeira no respectivo exercício. As principais reclassificações e ajustes foram:

- (a) Revertemos o montante constituído de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço patrimonial da Sociedade e controladas pelo fato de não apresentarem histórico de lucros tributáveis nos últimos exercícios sociais e também por não apresentarem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que as diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido possam ser realizadas;
- (b) Baixamos o investimento referente à compra de 51% das ações da empresa Intera Educacional S/A (Interasat), ocorrida em julho de 2012, devido a pendências cadastrais junto ao cadastro sincronizado entre a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e autoridades fazendárias. Portanto, não foi possível concretizar a operação de compra para conclusão da organização societária.
- (c) Reduzimos empréstimos concedidos a determinados acionistas com a compensação via dividendos;
- (d) Apuramos um ajuste a valor presente dos títulos a pagar referentes à aquisição das controladas IMEC e MGE, uma vez que estes títulos possuem taxas de juros inferiores à de mercado ou não possuem juros ou atualização;
- (e) Revisamos o critério de provisão para devedores duvidosos, com base em um estudo realizado em 2012 para avaliar o histórico de recuperação de créditos em atraso para diferentes faixas de vencimento, e aplicamos este critério para todos os exercícios reapresentados. Aproveitamos para adotar critérios mais específicos tanto para os créditos referentes a carteira de financiamento próprio (FUNDER), quanto para os valores gerados no âmbito do programa de Financiamento estudantil do governo federal (FIES). Com isto tornamos os diferentes anos comparáveis entre si reduzindo efeitos gerados por mudanças de critério ao longo do tempo;
- (f) Reclassificamos o saldo de aluguel a receber de terceiros registrado anteriormente como “Outras ativos circulantes” no circulante para a rubrica “Contas a receber” para melhor apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras;

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

- (g) Reclassificamos os imóveis para a venda registrado anteriormente no ativo circulante para o ativo não circulante, uma vez que não tínhamos na data perspectivas claras de realização desta venda;
- (h) Revisamos ainda todos os nossos critérios de alocação de gastos entre custos e despesas buscando uma classificação mais precisa entre estes dois critérios, retroagindo os efeitos desta revisão para todos os anos reapresentados. Com isto tornamos os diferentes anos comparáveis entre si reduzindo efeitos gerados por mudanças de critério ao longo do tempo.

Importante destacar ainda que, apesar de não existirem diferenças entre nossas práticas contábeis anteriores e o IFRS, as demonstrações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 são as primeiras a serem apresentadas de acordo com este conjunto de normas. Nós também aproveitamos a reapresentação para adotar todos os novos pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM refletindo estes ajustes em todos os exercícios reapresentados. Todos os detalhes sobre todos os ajustes e efeitos desta reapresentação estão descritos e identificados na Nota Explicativa número 4 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A fim de aperfeiçoar e melhorar a segregação dos gastos, revisamos a classificação entre custos e despesas utilizadas em nossa demonstração de resultado. Nesse processo reclassificamos gastos e despesas demonstrados anteriormente em nossas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, para comparabilidade dos saldos apresentados. Os detalhes dessa reapresentação estão descritos na Nota Explicativa número 5 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

O relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”) sobre nossas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, inclui parágrafo de ênfase sobre os fatos de que (i) conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso de nossa Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; (ii) em 15 de março de 2013 a Deloitte emitiu relatório de auditoria sem modificação sobre as nossas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, que foram reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4, essas demonstrações financeiras foram alteradas e foram reapresentadas para refletir reclassificações, ajustes e divulgações adicionais, as quais estão detalhadas na referida nota explicativa. A opinião da Deloitte não está ressalvada em função desses assuntos.

O relatório da Deloitte sobre as demonstrações financeiras dos períodos de 2013 e 2012 inclui parágrafo de ênfase sobre os fatos de que conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações contábeis intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da nossa Companhia essas práticas diferem do IFRS, aplicável às informações contábeis intermediárias separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. A opinião da Deloitte não está ressalvada em função desse assunto.

O relatório da Deloitte sobre as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2014 não inclui nenhum parágrafo de ressalva ou ênfase.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - Políticas contábeis críticas

As nossas demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas no Brasil. As principais práticas contábeis adotadas por nossa Diretoria são:

- (a) Reconhecimento da receita - A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e/ou descontos comerciais concedidos e outras deduções similares. As receitas de prestação de serviços de ensino, de assessoramento, consultoria e gestão a empresas, somente são reconhecidas quando o serviço é prestado ao cliente, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e são prováveis que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para nós e para nossas controladas. As receitas obtidas com locação de imóveis somente são reconhecidas quando do uso do bem pelo cliente, conforme os contratos de locação, os valores das receitas podem ser estimados com segurança e é provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluam para nossas controladas.
- (b) Contas a receber - Estão apresentados pelo valor nominal dos títulos, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado por nós como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

Para os contratos financiados, o percentual não financiado é registrado como mensalidades a receber e a diferença financiada é contabilizada como Benefícios reembolsáveis - FUNDER, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base *pro rata temporis*, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é calculada em montante considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

- (c) Combinações de negócios - Nas demonstrações financeiras, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos por nosso grupo. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

Transações entre nossas empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do nosso Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto quando a transação evidencie perda do valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis de nossas controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas por nós.

Nas demonstrações financeiras individuais, aplicamos os requisitos da Interpretação Técnica ICPC – 09 (R1), a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre nossa participação no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante de nossa

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

participação no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

- (d) Ágio - O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável alocada no ágio não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

- (e) Instrumentos financeiros - São inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente ao resultado.

- **Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados no momento em que foram originados como empréstimos e recebíveis. A classificação dos ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Deixamos de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferimos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida por nós nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação dos nossos ativos financeiros e de nossas controladas:

- (i) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros (inclusive contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas etc.) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

- Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros foram classificados no momento de seu reconhecimento inicial como outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os nossos passivos financeiros e de nossas controladas incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, títulos a pagar e débitos com partes relacionadas.

Baixamos um passivo financeiro quando tem nossas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Segue o resumo das principais práticas contábeis adotadas na contabilização e apresentação de nossos passivos financeiros e de nossas controladas:

- (i) Empréstimos e financiamentos - São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquido dos custos das transações. Na data do balanço está apresentado pelo seu reconhecimento inicial, deduzido da amortização das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescido dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.
- Instrumentos financeiros derivativos: As operações de hedge são contabilizadas como hedges de fluxo de caixa e são inicialmente reconhecidas ao valor justo na data da contratação. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.
- Instrumentos de patrimônio: Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo nosso grupo são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de nosso patrimônio é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de nosso patrimônio.

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo; faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pelo Grupo e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e é um derivativo não designado como instrumento de “hedge” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir; o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo, e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base; ou o ativo financeiro for parte de um

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

- (f) Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias da data da aplicação e que têm risco insignificante de variação no valor justo. São reconhecidos ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento de cada balanço, em base *pro rata temporis*, não superiores aos valores de realização.
- (g) Demonstração de valor adicionado ("DVA") - Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza que criamos e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como informação suplementar às nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por não ser requerida pela legislação societária, já que a referida demonstração somente é obrigatória para companhias de capital aberto.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

- (h) Créditos e débitos com partes relacionadas - Correspondem a direitos e obrigações que foram contraídas entre nós e nossas partes relacionadas, oriundas de operações de mútuo, cujas condições financeiras destas operações são estabelecidas de comum acordo entre a nós e nossas partes relacionadas.
- (i) Imobilizado - Terrenos, edificações, benfeitorias em imóveis de terceiros, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos, veículos, biblioteca e videoteca, equipamentos de audiovisual são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil dos bens.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

- (j) Intangível - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que tem vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos ativos. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura os quais não sofrem amortizações e são testados no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Em nossas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

(k) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

No fim de cada período, revisamos o valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calculamos o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que há qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

- (l) Imposto de renda e contribuição social corrente - Nosso imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideramos a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Nossas controladas MGE, IMEC Unimonte e AMC calculam o imposto de renda e a contribuição social considerando ainda os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 456, especialmente ao Programa Universidade para Todos - PROUNI e, ainda, considerando o lucro da exploração sobre as atividades isentas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Sobre as receitas não isentas, o imposto de renda e a contribuição social são calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

- (m) Provisões - São reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

- (n) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - Estão apresentados pelos valores de realização/liquidação e pelos valores conhecidos ou estimados, e estão adicionados dos correspondentes encargos e incorporam os juros e demais encargos contratuais incorridos até a data dos balanços.
- (o) Distribuição de dividendos - A distribuição de dividendos para nossos acionistas é reconhecida como um passivo em nossas demonstrações financeiras no fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.
- (p) Ajuste a valor presente - Os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo (se relevantes) e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a juros pré-fixados; juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e, reajustes somente por inflação, sem juros, são ajustados ao seu valor presente com base em taxa de mercado, sendo suas realizações reconhecidas no resultado do exercício.
- (q) Estimativas contábeis - A preparação das nossas demonstrações financeiras e de nossas controladas, de acordo com as normas IFRS's e as normas do CPC exige que façamos julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa; do imposto de renda e da contribuição social, diferidos; da vida útil e avaliação de impairment dos bens do imobilizado e intangível e das provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

- Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) na estimativa do ágio, das marcas e do licenciamento: Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, marcas e licença, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “*impairment test*”. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas.
- Provisões para riscos tributárias, trabalhistas e cíveis: somos ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, nós, a natureza dos processos e as experiências passadas. Acreditamos que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. As provisões são calculadas considerando o valor provável para liquidação na data das informações financeiras trimestrais e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.
- Provisão para crédito de liquidação duvidosa: É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente por nós para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. Constituimos mensalmente a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando os valores mensais dos recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso.
- Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e a contribuição social é composta pelos impostos e contribuições correntes e diferidos.
  - (i) Impostos e contribuições correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a nós e para nossas controladas pelo regime do lucro real com base nas alíquotas e legislação vigente.
  - (ii) Impostos e contribuições diferidas: são reconhecidos sobre diferenças temporárias ao final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos e existentes nas demonstrações financeiras e base fiscais correspondentes.
    - Diferidos ativos: Nós e nossas controladas reconhecemos os impostos e contribuições diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, somente quanto há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros e ou possibilidade de utilização.
    - Diferidos passivos: reconhecemos os impostos e contribuições diferidos passivos sobre diferenças temporárias tributáveis.
- Revisão da vida útil: revisamos anualmente a vida útil de nossos ativos e de nossas controladas.

Nós e nossas controladas revisamos nossas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- (r) Receitas e despesas financeiras - É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação ao contas a receber, reduzimos o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável ("impairment") reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Métodos de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- (s) Capital social - É composto por ações ordinárias classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzido de quaisquer efeitos tributários.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda emissão ou cancelamento dos nossos instrumentos patrimoniais próprios. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital.

- (t) Custo de captação na emissão de títulos – os custos de transação incorridos na captação de recursos obtidos com a emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzindo os eventuais efeitos fiscais.
- (u) Remuneração baseada em ações - aos nossos colaboradores e aos colaboradores de nossas controladas, instituímos plano de incentivo para aquisição de ações durante o processo de abertura de nosso capital e oferta inicial de ações. Após o período de 180 dias de carência, estabelecidos pelo programa Dativa, foram concedidas aos colaboradores participantes do programa – no limite de dois salários – uma quantidade equivalente a 20% das ações adquiridas e mantidas pelo colaborador. Ao final deste período não ofertamos novo programa de bonificação com ações.
- (v) Lucro/prejuízo básico e diluído por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos nossos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias. O lucro/prejuízo por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos financeiros potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, no período e no exercício apresentados.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

- (w) Transações de capital - Nas demonstrações financeiras, as mudanças de nossas participações em controladas que não resultem em perda do controle sobre elas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das nossas participações e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos nossos proprietários.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor****a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Nossos procedimentos de controles internos para assegurar a elaboração das demonstrações contábeis são processos que envolvem nossa administração visando fornecer garantias sobre as informações contábeis e financeiras, bem como a elaboração delas de acordo com as práticas e princípios contábeis vigentes.

Os principais objetivos de nossos controles internos são: (i) reconhecimento dos registros contábeis de receitas, custos e despesas pelo regime contábil de competência; (ii) manutenção dos registros com os detalhes necessários de nossos ativos; e (iii) fornecimento de segurança razoável que todas as nossas transações sejam registradas visando permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossos Diretores acreditam que o grau de eficiência de nossos controles internos é adequado para refletir nossas informações contábeis.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

No exame das nossas demonstrações financeiras e das nossas controladas, os nossos auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre nossas demonstrações financeiras.

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre nós e nosso ambiente, o que incluiu a análise de nossos controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que nossos auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos, opinião essa que não foi emitida, de fato.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas por nossos Diretores, que adotaram plano de ação para corrigi-las. De qualquer modo, na avaliação de nossos Diretores, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do nosso sistema contábil e de nossos controles internos.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios****a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Conforme descrito anteriormente, temos que os recursos oriundos da oferta foram utilizados na aquisição da Universidade São Judas Tadeu que ocorreu no mês de junho de 2014. Os recursos que ainda não foram utilizados estarão direcionados para o pagamento da aquisição da Universidade Veiga de Almeida e Universidade Jorge Amado em 2015 após autorização pelo CADE.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não aplicável.

**c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.



**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

- a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

- b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.